



MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA
DIRETORIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT
COORDENAÇÃO GERAL DO CNCD/LGBT

**40ª REUNIÃO ORDINÁRIA– CONSELHO NACIONAL
DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS
DIREITOS DE LGBT
CNCD/LGBT**

Ata da ordem do dia 29 de agosto de 2017.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS

SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA

DIRETORIA DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS LGBT

COORDENAÇÃO GERAL DO CNCD/LGBT

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD – CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LGBT.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e dezessetes, às nove horas e quarenta minutos, teve início a quadragésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT. Estiveram presentes os membros do Conselho: Presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT Sr. José Carlos Bueno do Prado – Zezinho do Prado, a Sra. Liliane de Oliveira Caetano – representante titular e Mirla Cisne representante suplente do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, Sra. Chopelly Santos - representante titular da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, A Sra. Janice Alves Rodrigues – representante suplente da Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL, Sr. Gil Santos – representante titular da Central de Movimentos Populares - CMP, Sr. Daniel de Jesus dos Santos Costa – representante suplente do Fórum Nacional da Juventude Negra - FONAJUNE, Sr. Delmiro José de Carvalho – representante suplente da Central Única dos Trabalhadores - CUT , Sr. Lucas Alencar de Oliveira – representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, Sr. Washington Luiz Dias – representante titular da Rede Afro LGBT, Sr. Cássio Guilherme Maciel Dias – representante titular da Articulação Nacional de Gays Jovens - ARTGAY JOVEM, Sra. Tathiane Aquino de Araujo – representante titular da Rede Trans Brasil, Sra. Luma Nogueira de Andrade – representante titular da Associação de Estudos da Homocultura – ABEH, Sr. José Felipe dos Santos – representante suplente da Articulação Nacional de Gays - ARTGAY, Sr. José Angelo de Carvalho Couto Neto– representante suplente da Casa Civil da Presidência da República, Sr. Frederico Coutinho – representante suplente da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos/MDH, Sra. Irina Abigail Teixeira Storni – representante titular da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, SPM/PR, Sr. Rogério Vilela Borges de Andrade Franco, representante titular e a Sra. Maria José Batista dos Santos, , representante suplente da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial/MDH, Sra. Jéssica da Silva Rodrigues – representante do Ministério da Saúde, Sra. Patrícia Mollo, representante titular e o Sr. Mauro Lúcio de Barros, representante suplente do Ministério da Educação, Sra. Adrianna Figueiredo Soares Silva – representante do Ministério do Desenvolvimento Social, Sr. Eliseu de Oliveira Neto – representante suplente do Ministério da Cultura, Sra. Ana Karina Barros Sobral– representante titular do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Rodrigo Moreles Arealos, representante titular do Ministério do Turismo e o Sr. Fábio Costa de Souza,

representante titular da Secretaria de Previdência Social do Ministério da Fazenda. O Presidente faz uso da palavra, dando início a do CNCD/LGBT, após a verificação do quórum: Bom dia a todas e todos, estamos aqui para dar início em nossa reunião, agora com quórum estabelecido. Gostaria de iniciar lembrando e parabenizando as lésbicas, grandes mulheres guerreiras pelo dia da visibilidade lésbica. Parabéns a elas que vem, ao longo desses anos, lutando, incessantemente, pelo reconhecimento e pelo respeito da sociedade. É uma luta como nunca, na qual aprendemos bastante porque, provavelmente, o início da luta da “sopa de letrinhas” tenha sido com as lésbicas que construíram essa história, em meio a uma sociedade historicamente machista, onde a mulher tinha um papel definido de ser submissa ao homem, de procriar e cuidar da casa, levando-as à luta muito cedo. Parabéns a todos e todas. A Secretaria Nacional de Cidadania preparou uma Nota que vai ao ar, em celebração ao dia da Visibilidade Lésbica, que a Secretária Executiva Katia Guimarães vai ler. **A Secretária Executiva Katia Guimarães faz uso da palavra: Leitura da Nota: 29 de agosto – Dia Nacional da Visibilidade Lésbica:** A partir do ano de 1996, o dia 29 de agosto foi consagrado como o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. Esta data é um marco histórico fundamental para o movimento lésbico no Brasil, pois celebra a realização do 1º Seminário Nacional de Lésbicas brasileiro para tratar de temas relacionados a violação de direitos das mulheres, em razão da orientação sexual. Já nessa data o movimento social denunciava as diferentes formas de violações que promovem graves processos de discriminação e de exclusão em diferentes níveis de vida das mulheres lésbicas, limitando seu acesso a direitos. Exemplos de discriminação não faltam. Agressões verbais, violência psicológica, violência física como o ‘estupro corretivo’, e assassinatos precedidos de rituais de crueldade. Todas essas violações se tornaram focos da luta cotidiana global de lésbicas e de LGBT na busca incansável pelo respeito aos Direitos Humanos. O desafio de promover ações de enfrentamento à lesbofobia, em especial, e à LGBTfobia, em termos gerais, já é um desafio prioritário e aceito pelo Ministério dos Direitos Humanos. E, nesse sentido, já é possível falar de algumas conquistas, como a divulgação da Campanha “Deixe o seu Preconceito de Lado. Respeite as Diferenças”, lançada no último dia 28 de junho, com o objetivo de promover o respeito às múltiplas orientações sexuais e identidades de gênero, e com a finalidade de reduzir o preconceito e a violência contra a população LGBT. Mais recentemente, o Ministério de Direitos Humanos, por intermédio da Coordenação Geral de Promoção de Direitos LGBT da Secretaria Nacional de Cidadania, vem construindo, em parceria com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da População LGBT, um Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT que irá aprofundar o conhecimento dos tipos de violações, em específico, para o segmento de lésbicas, de gays, de travestis e de transexuais. Além disso, envolverá a gestão federal, as gestões estaduais e municipais, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade, todos comprometidos com a promoção de direitos e a garantia do exercício da dignidade humana. Neste dia de celebração da Visibilidade Lésbica, em nosso País, vale relembrar a Declaração Universal de Direitos Humanos, em seus quase 69 anos de existência, e a busca incessante por conferir efetividade à sua premissa estruturante: “Direitos Humanos e Liberdades fundamentais para todos e todas”. Premissa essa que inclui, em

destaque: o gozo dos direitos, sem distinção de qualquer espécie (art.2); o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (art. 3); o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei (art. 6); a igualdade perante a lei e o direito, sem qualquer distinção, e a igualdade na proteção contra qualquer discriminação (art. 7). Que a Declaração prossiga como instrumento de luta emancipatória pelo mais essencial direito ao respeito e a plena dignidade. Senhor Presidente, obrigada pelo espaço. **O Presidente faz uso da palavra:** Dando uma olhada na pauta, pergunto se tem alguém que deseja adicionar algum ponto de pauta que acredite ser importante e que esteja faltando. **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Bom dia, também gostaria de iniciar saudando a luta das mulheres lésbicas, que é uma luta por transformação da sociedade brasileira e que em muito tem contribuído. Em relação à pauta, eu gostaria de dizer que eu havia sugerido na última reunião plenária que nós tivéssemos um espaço para avaliação da gestão. Eu sei que temos muitas demandas ao longo do dia, mas o CFESS, por exemplo, é uma entidade que concorre, que pleiteia nessas eleições, então não podemos correr o risco de não fazer uma avaliação, de alguns elementos que consideramos importantes dessa gestão. Existem algumas outras questões que não são informes, mas que dá para colocar na pauta dos informes, mas tem um elemento central de conteúdos avaliativos que a gente precisa colocar. **Conselheiro Daniel faz uso da palavra:** Bom dia, nós tínhamos sugerido discutir no Pleno dois pontos importantes para a Câmara Técnica de Violência, que é o Juventude Viva e o Pacto de Redução de Homicídios, mas na pauta não constam esses dois planos. Aqui, nós temos o Pacto de Enfrentamento às Violências LGBTfóbicas e o Pacto de Enfrentamento às Violências Contra às Mulheres, mas não tem o Juventude Viva e nem o Pacto de Redução de Homicídios. Queríamos um esclarecimento sobre o que aconteceu. **A Secretária Executiva Katia Guimarães faz uso da palavra:** Conselheiros e Conselheiras, até sexta-feira estavam incluídos os dois pontos: o Programa Juventude Viva, o Conselheiro Rogério pode explicar sobre a retirada da pauta e, com relação ao Pacto de Redução de Homicídios informo que, com a mudança dos ministérios, também houve algumas mudanças na representação do Ministério da Justiça e Segurança Pública, neste Conselho. A pessoa responsável pelas informações sobre todos os conselhos em que o Ministério da Justiça tem assento, enviou um ofício com todas as mudanças e fez uma emissão via e-mail do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Acontece que quando se envia um e-mail via Sei, muitas vezes, ele não chega. E, isso já aconteceu até mesmo com Conselheiros/as. Então, quando eu preciso mandar um e-mail via Sei, eu o transformo em PDF e mando pela minha caixa de e-mail. Só que a Senhora Magna não fez isso, mandou e não chegou para mim. Essa semana, quando fui finalizar a pauta, entrei em contato com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, antes de eu oficializar a Conselheira e mandar para o Secretário Executivo, eu tentei localizá-la, mas os telefones dela não são mais os mesmos. A Conselheira Luana saiu do gabinete do Ministro e ninguém conseguia localizá-la. Liguei para a assessoria, para o gabinete e descobri a Senhora Magna. Foi quando ela me passou o número do Processo. Ela me passou, então, o nome da Senhora Rosana Cruz, que será Conselheira Suplente do Ministério da Justiça e da Segurança Pública. Ela trabalha na Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), o que é muito importante para o Conselho. Contudo, na

data de hoje, ela está acompanhando o Ministro numa ida a Rondônia. O que ficou combinado é que na primeira reunião que tiver do Pleno, ela estará aqui para apresentar os resultados. Gostaria de acrescentar ainda que ela também não tinha o ofício de nomeação dela. Ontem, eu pedi para alguém escancear e enviei o ofício para ela. Peço desculpas a esse Pleno, mas com essa confusão na comunicação acabou-se não podendo cumprir essa agenda, mas ela já está prevista para a próxima reunião. **Conselheiro Rogério faz uso da palavra:** Bom dia, Conselheiro Daniel. O Juventude Viva está em uma fase de transição, há um bom tempo. Há um (01) mês atrás, a Secretaria Nacional de Justiça, junto a SEPPIR, publicou a Portaria do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE). A primeira reunião foi na semana passada com os onze (11) Ministérios que fazem parte do Juventude Viva. E, até o dia dois (02) de setembro, esses Ministérios terão que passar a toda a planilha, contendo todas as informações sobre o que já foi realizado pelo Juventude Viva, para que se possa fazer um balanço do que já foi feito e o que foi o Juventude Viva. Paralelamente a isso, a Secretaria Nacional de Justiça vai lançar um edital de consultoria, exatamente, para reestruturar o Juventude Viva. Casado a isso, a nossa Diretora Gabriela não está na casa, o Secretário Juvenal também não está na casa e a nossa Técnica Camila, responsável pelo Juventude Viva, está cumprindo outra agenda. Então, nós não teríamos pessoas para falar sobre isso. Juntando a isso, a reestruturação do Juventude Viva nós achamos melhor que, talvez, na próxima reunião do Conselho, nós apresentarmos melhor, até para termos mais insumos para falar o que vai ser o Juventude Viva em si. **O Presidente faz uso da palavra:** Então, já temos para a próxima reunião duas questões colocadas. Com respeito à sugestão da Conselheira Liliane, nós vamos sim tentar encontrar um espaço para completar essa questão da avaliação da gestão. Tem algumas proposituras que nós podemos fazer, que eu vou passar para o Washington, para ir pensando em como dar um jeito nisso. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Bom dia a todos e todas. Antes do almoço está previsto uma fala do Conselho Federal de Psicologia sobre o PL 4931, mas eu acredito que não vai demandar tanto tempo assim para o debate, até porque o informe pode ser colocado como informe qualificado, em um primeiro momento. Podemos dar entre três e quatro minutos, no máximo cinco, para o Conselho Federal de Psicologia fazer essa avaliação do PL 4931. Eu sugiro que se inclua a avaliação da gestão nesse ponto de pauta do CFP, até porque nossa Câmara Técnica, eu acredito, não vai necessitar de trinta minutos, até porque só vamos apresentar uma proposta de seleção de propostas que fizemos para monitorar. Então, no máximo demandaremos dez minutos, e não vai precisar de tanto tempo para debate, ganhando assim cinquenta minutos para avaliação da gestão. Pode ser assim? **O Presidente faz uso da palavra:** Conselheiros e Conselheiras, tem alguém contrário à propositura do Washington? Em não havendo, já avisamos ao Conselho Federal de Psicologia que ele vai fazer este informe na sessão de informes, até porque eles pediram, em torno de, quatro a cinco minutos, dando um pouquinho mais de tempo para fazer esse informe. **A Secretária Executiva Katia Guimarães faz uso da palavra:** Presidente, eu gostaria só de acrescentar que a Conselheira Liliane havia proposto à retirada da parte que está reservada a resposta ao relatório do DISQUE 100. Este informe será dado pela Câmara Técnica de Violência e não precisaria ter um

espaço único reservado para essa discussão. O Presidente faz uso da palavra: Pronto, perfeito. Esta parte da pauta onde está a resposta do relatório da visita vai ser contemplado na Câmara Técnica. Essa questão vai lá no informe da Câmara Técnica de Violência e nós ganhamos algum tempo. E, se, eventualmente, a Diretora Irina chegar, avisamos a ela que se ela quiser falar algo, falará lá nos informes da Câmara Técnica de violência, tudo bem, gente? Vamos agora começar a nossa reunião. Como o Johanness já chegou, podemos fazer a nossa pauta que estava marcada, inicialmente, para abertura da nossa reunião. Então vamos passar a palavra para o Senhor Johanness, Ministro dos Direitos Humanos Interino e depois nós abrimos para o Plenário, para os Conselheiros e Conselheiras poderem fazer algum tipo de pergunta ou esclarecimento. **O Ministro dos Direitos Humanos Interino, Sr. Johanness ECK faz uso da palavra:** Em nome da Ministra Luislinda e em meu nome, venho agradecer o convite e cumprimentar, na pessoa do Presidente deste Conselho, Sr. Zezinho do Prado, a todos os que aqui se encontram. Essa reunião se caracteriza pela transição que será procedida sobre a responsabilidade da Assembleia Eleitoral para uma nova composição do Conselho, proximamente. E, essa não é a única transição, pois vivemos nesse contexto há muito tempo. São várias transições, o que nos exige atenção para que cuidemos bem do patrimônio que engloba desde o patrimônio material até o patrimônio intelectual acumulado pelos órgãos que compõem agora o Ministério dos Direitos Humanos e que tenhamos a responsabilidade de preparar, da melhor forma possível, uma etapa futura, que esperemos que tenha mais estabilidade, a partir de pelo menos 2019. Apesar dessas várias transições, conseguimos vencer, recentemente, uma etapa que é a publicação do Decreto 9122 que trata da nossa estrutura regimental, após quase dois anos sem a gente ter um instrumento semelhante, embasando nosso trabalho. E, no entanto, para que haja uma consolidação mínima do Ministério dos Direitos Humanos, nós precisamos que a Medida Provisória 782 se transforme em lei. Ainda temos a sombra dessa incerteza, enquanto essa Medida Provisória não se transformar em lei. Nós esperamos que o cronograma, mais ou menos, compatível que essa transformação em lei ocorra antes do início do mandato dos novos conselheiros em Outubro. Espero que depois de tanto tempo, falte um mês para fazer dois anos de incerteza institucionais que são vencidas. Agora, esse quadro volátil, realmente, não impede que busquemos construir bons alicerces para o futuro. E, nesse sentido, cito o início das tratativas da Ministra, junto à Presidência da República, para que entre na agenda governamental a criação da Secretaria Nacional em Promoção dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. É difícil de se concretizar, em um momento de cortes de estruturas, mas é importante que já esteja na pauta para que na primeira oportunidade possamos trabalhar essa criação. Todos nós sabemos que o desafio civilizatório do combate à discriminação de pessoas e grupos com base na sua orientação sexual e identidade de gênero, bem como a proteção dessas pessoas e desses grupos, da violência que essa discriminação alimenta está longe de ser superada, em nosso país. Precisamos, mais do que nunca, contar com as pessoas e instituições, sejam elas públicas ou privadas, engajadas nessa pauta e, principalmente, trabalhar isso em uma visão e em uma articulação suprapartidária afim de que consigamos consolidar instrumentos e políticas no Estado brasileiro que gerem esse futuro para o nosso país, com mais

humanidade. O Estado brasileiro, isso é comprovado historicamente, tem um papel fundamental na construção de institucionalidades para esses desafios civilizatórios e os Direitos Humanos, sem dúvidas, é um deles. E, para isso, os conselhos são instâncias relevantes para aproximar os desejos da sociedade das políticas públicas que são patrocinadas pelo mesmo Estado. Então, buscando tomar o menor tempo possível, agradeço a presença de todos e desejo que a reunião atinja as expectativas e os resultados esperados, muito obrigado. O Presidente faz uso da palavra: Obrigado Ministro Johanness. Está aberto para quem deseja fazer alguma intervenção. Por favor, é só colocar o prisma em pé. Enquanto aguardamos outras questões. Conselheira Tathiane. **Conselheira Tathiane faz uso da palavra:** Bom dia a todos e a todas, gostaria de saudar o Ministro substituto. Gostaria de saudar também a todos os Conselheiros da Sociedade Civil e do Governo aqui presentes. O Ministro deve conhecer a situação do Estado Brasileiro e da política LGBT que ainda é incipiente, que nós não temos um papel em todas as pastas de articulação e esperamos muito isso dos Direitos Humanos, Ministro. As políticas na área da Educação vêm sendo barradas e nós sentimos que não há espaço para diálogo ou discussão para se retomar comitês e grupos de trabalho que, naquele espaço, contribuíram tanto e faziam com que a Sociedade Civil pudesse opinar e levar à ponta situações que venham minimizar um grande mal que é a exclusão da população LGBT do âmbito educacional, um dos principais fatores de exclusão social da nossa população. Outra situação que não pode ser deixada de lado aqui pelos Conselheiros é a situação do Brasil, que ainda é o país que mais mata a população LGBT do mundo e, infelizmente, nós sabemos que uma resposta efetiva nessa ação não é vista no governo durante um grande período e, ultimamente, nos preocupa que essa pauta não seja mais, na Justiça principalmente, prioridade. Nós tínhamos comitês e outros espaços de diálogo que funcionavam e que estão parados e sabemos que as ações preventivas também têm que ser vindas com ações de articulação bipartite. O Governo Brasileiro tem que ser precursor em comprometer os estados a fazerem a Secretaria de Segurança Pública e Justiça entender o papel de diálogo da polícia no papel de interlocução com as pessoas trans. Estávamos em uma reunião do Conselho, Ministro, quando houve uma denúncia gravada de uma travesti que era coagida por um policial na abordagem, sendo hostilizada, sendo perguntada se ela gostaria de uma mulher para revista-la, se ela era um homem vestido de mulher. Isso tudo a própria travesti conseguiu gravar em um ato de coragem muito grande, porque nós sabemos que, em muitas das vezes, não voltam para contar. Essas pessoas já vivem em um cenário difícil que é ter que sobreviver da rua, porque essa é a única porta aberta e ainda quem está para lhe defender, muitas das vezes, é o principal agressor e que lhe coage. Acredito que precisamos incidir no Legislativo através dessa pasta dos Direitos Humanos. O Brasil é um país que é mais desenvolvido do que a Colômbia e do que a Argentina e passa vergonha no cenário internacional por não ter nenhuma legislação LGBT. Nós não temos uma lei que criminaliza a homofobia, não temos uma lei que reconhece uniões estáveis, que reconheça lésbicas, gays, casais trans a terem seu direito aparado, sendo que, em qualquer situação, a pessoa CIS e heterossexual tem esse direito garantido. Acredito que o Ministério dos Direitos Humanos precisa retomar tanto o

papel de articulação no Legislativo como incidir mais diretamente em outras pastas que não estão cumprindo seu compromisso governamental, em pensar na população LGBT, obrigada e bom dia. **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Gostaria de subscrever a fala da Conselheira Tathiane, porque foram elementos bem importantes colocados da importância e da incidência que o Ministério dos Direitos Humanos tem que ter com a pauta LGBT. E, para além disso, dizer que Direitos Humanos não se constrói só com vontade política. Direitos Humanos se constrói com investimento público, com orçamento e nós não temos nitidez aqui de qual é o orçamento da nossa pasta. Enquanto controle social, nós precisamos aproveitar esses espaços, em que a representação do Ministério está aqui, para também colocarmos essas situações. Precisamos ter nitidez, sabemos de todos os processos que estão acontecendo de transformações e modificações com relação às pastas. A Ministra havia informado, na reunião que teve com a Mesa Diretora do CNCD/LGBT, de que seria criada uma Secretaria Nacional LGBT e aí nós ficamos nos perguntando muito, com relação a isso. Como que está a questão do orçamento, concretamente? Qual o orçamento que temos, até para, como controle social conseguir fazer incidência, com relação a isso? Obrigada. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Bom dia a todas e todos. Em um primeiro momento, gostaria também subscrever as falas da Conselheira Tathiane e da Conselheira Liliane, porque temos uma grande preocupação, sobretudo, com o orçamento, porque não se faz políticas públicas apenas com boa vontade política e nem com sensibilidade. É necessário sobretudo, que esteja previsto no orçamento as fontes de onde sairão os recursos para implementar essas políticas, porque de maneira alguma esse Conselho está se opondo a criação de Diretoria ou Secretaria, até porque uma pauta histórica do Movimento LGBT, desde a criação do Conselho Nacional, que é a criação de uma Secretaria ou de uma Diretoria. Mas o que nos preocupa é a fonte de recursos para tocar a política, porque hoje, não só este Conselho, mas todos os outros Conselhos que tem como prerrogativa o controle social, vivemos reféns dessa política econômica, sobretudo de ajuste fiscal do governo, então não podemos, Ministro, de maneira alguma, pular etapas. Precisa estar nítido qual contingente orçamentário que teremos disponível para poder tocar essa política, até para que a gente, da Sociedade Civil, se organize, cada vez mais, nesse controle social que nós temos feito, de maneira bastante combativa e bastante intransigente, até porque nos esbarramos, não só do ponto de vista da política LGBT mas do ponto de vista das ações desse próprio Conselho. Nós não podemos restringir as nossas ações, como temos visto nos últimos períodos, apenas à reunião presencial. Precisamos ampliar e fazer desse Conselho grande como de fato ele é, que nós possamos alcançar essas pontas. Não dá, por exemplo, para recebermos convites para participar de eventos e articular eventos com a base do movimento social, esbarrarmos em uma questão orçamentária. Não tem previsão, por exemplo, para que nós participemos de atividades em outros espaços, levando, não só o nome do Conselho mas cumprindo de fato a tarefa de fomentar, nos estados e nos municípios, esses instrumentos que possibilitem um avanço para a política LGBT e, conseqüentemente, um avanço na qualidade de vida das pessoas LGBT. O que estamos requerendo, na verdade, é uma transparência, do ponto de vista orçamentário, que foi algo que a mesa diretora solicitou, na ocasião em que estivemos reunidos com a Ministra Luislinda, mas também, sobretudo, que o Senhor, como Ministro, hoje

interino, tenha também essa sensibilidade, porque requer sensibilidade, mas sobretudo vontade política de fazer com que esse Conselho possa avançar; para que nossas tarefas não fiquem estagnadas e apenas resumidas as reuniões presenciais. Acredito que precisamos dar um salto qualitativo; um salto político que é necessário, porque como bem o Senhor colocou, não se pode perder de vista o acúmulo de capital que as pastas que compõem o que o Ministério tem; não se pode também perder esse acúmulo intelectual e de força que os militantes e as militantes que a sociedade civil se debruçam aqui e muitas vezes cumprindo uma tarefa que é do governo. Nós produzimos muito e com bastante qualidade, então não dá para a gente pegar esse produto que nós possuímos de qualidade, sobre tudo com muito esmero e esforço hercúleo que nós fizemos e desconsiderar, se não estaremos aqui falando de nós para nós mesmos e não é esse o papel do Conselho Nacional LGBT. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** Bom dia a todos e todas aqui presentes. Sou Professora Doutora da UNILAB. Inicialmente gostaria de parabenizar o Ministério, pela Ministra ter recebido a Mesa Diretora deste Conselho para um momento de diálogo. Acredito que foi superprodutivo. Também parabenizar o atendimento a algumas de nossas iniciativas. Uma destas iniciativas foi a intervenção direta junto ao Parlamento, reivindicando que alguns Projetos de Lei tivessem a sua tramitação mais célere, dentro do Congresso Nacional, para que fosse desenvolvida e garantida a cidadania LGBT. Com certeza, isso rendeu a ela algumas represarias e isso demonstra o quanto é difícil trabalhar com as questões LGBT, em nosso país, e o quanto demanda investimentos, não só intelectuais e físicos, mas investimentos financeiros de apoio. É difícil até no Parlamento de se tratar essas questões. A Ministra que fala em nome dessa questão tem represálias duras e sérias de um Parlamento que representa o povo. Vejo a necessidade de um diálogo muito forte, internamente ao próprio governo, onde o mesmo tem em sua estrutura, a pauta LGBT. E, essa pauta não consegue avançar. Há a necessidade de um diálogo com o governo, com os Ministérios que têm na pauta essas questões e, que ele mesmo não consegue colocar adiante, já que ele internamente não consegue agir. Vejo, como no próprio governo tem membros ou entidades trabalhando contra o próprio desenvolvimento das ações, o que é contraditório. Precisamos ter, em termos de Ministério, um diálogo com as instituições governamentais para que haja um pacto, não só externo, como é proposto, muitas vezes, por essas instituições, mas que os outros façam esse pacto e que o próprio governo consiga compactuar internamente o diálogo de como promover essa cidadania LGBT em seus vários aspectos, quer seja na segurança, quer seja na saúde, quer seja na educação; que se promova esse pacto de ideias e que esse Conselho possa também ter a oportunidade de contribuir, dialogar, para que isso realmente se efetive. Aqui nós temos representações das instituições não governamentais e governamentais que podem auxiliar e contribuir com essas atividades, inclusive, com a ajuda de recursos. Quem mais se aproxima para apoiar as políticas LGBT e o Conselho são, exatamente, políticos de oposição ao governo, o que é contraditório. Como o próprio governo não consegue articular seus apoiadores para que contribuam com ele mesmo? Podemos perceber isso nas medidas parlamentares, porque quem destina verba para esse Conselho, para essa Coordenadoria são, exatamente, esses parlamentares. E, ainda temos um problema, porque essas emendas não são liberadas, mesmo sendo para o

próprio governo, ações que iriam complementar, não são liberadas. Quem poderá nos apoiar? Com emendas, os parlamentares que realmente possam ser efetivados, quem são os representantes do governo que podem vir, chegar até nós e dizer que estão de braços abertos e que querem contribuir conosco, que digam que são sensíveis, porque nós representamos uma ala da sociedade brasileira que precisa ser ouvida e que precisa ser atendida, obrigada. **O Presidente faz uso da palavra:** Primeiramente, gostaria de reforçar essa questão colocada pelos meus companheiros, até porque sabíamos que você viria e, eventualmente, já havíamos conversado. Quero dizer que é isso mesmo; que meu sentimento já foi retratado e eu só queria aproveitar para citar um exemplo claro e simples. Nós recebemos um convite de um Núcleo de Estudo e Pesquisa da Universidade de Alagoas, dirigido para o Conselheiro Washington, até porque é sobre a criação de um observatório da diversidade étnico, racial, gênero e sexualidade e, como ele se encaixa nessa questão, ele iria lá falar sobre o papel do Conselho Nacional LGBT e essa agenda é dia 25 de setembro e, infelizmente, a resposta que temos, em princípio, é não, não existe dinheiro. Usei esse exemplo para mostrar que o nosso papel não pode se restringir às reuniões ordinárias ou extraordinárias. Aparecem eventos importantes e que nós somos convidados e que só reforçariam o papel do Conselho e a sua importância. Podemos falar que, com uma luta muito grande, conseguimos fazer uma reunião nesse ano do Conselho descentralizado em Manaus e enquanto estávamos lá, foi aprovada a lei de criação do Conselho, já estando na fase de Comissão Eleitoral para instituir o Conselho. Desse fato, nasceu no Amapá e em outros lugares propostas de criação de Conselhos, até porque o Conselheiro Cássio e o Conselheiro Delmiro que são do Norte incentivaram. É preciso que tenham algumas previsões e que, muitas vezes, o convite nos chega fora daquele prazo de dez dias úteis para a emissão de passagem. Acho uma perda enorme para esse Conselho se nós não conseguirmos resolver essa questão do Washington poder estar presente nessa atividade em Alagoas para falar sobre essa questão, e qual é essa questão? É que ele não vai para ser palestrante e sim para falar qual é o papel do Conselho Nacional LGBT, nessa questão de gênero e sexualidade, só para reforçar mesmo. Gostaria de reforçar também o que a Conselheira Luma disse, de que os deputados que tem emendas parlamentares, voltadas para esse público, são aqueles considerados oposição ao Governo e, por parte dos Deputados do Governo, nós não temos emendas parlamentares destinadas. Então, fica complicado e difícil. Não se libera porque são de oposição ao atual Governo, só que os Deputados da base governamental não têm emendas parlamentares, voltadas para LGBT. Então, nós ficamos em uma situação complicada e precisava ver como é que o Ministério dos Direitos Humanos poderia incidir diretamente nessa questão. **O Ministro Dos Direitos Humanos Interino Johaness ECK faz uso da palavra:** Todas as colocações são bastante pertinentes e, principalmente, em 2017, dentre as várias transições que eu falei, tem uma que é muito marcante, que é nós sermos o Ministério “caçula”, criado durante o ano de 2017. Estamos trabalhando com o Ministério da Justiça um orçamento mais condizente, mas o fato é que toda a gestão orçamentária está no Ministério da Justiça. O nosso primeiro orçamento, que também não vai ser muito apropriado para as demandas que vocês apresentaram, será o de 2018. Eu acredito que não há nenhuma dificuldade de na próxima reunião trazer o orçamento aqui para o Conselho, acredito que vocês têm

sim que saber como ocorre esse importante recurso. Assim como tem trinta anos nas costas de serviço público federal, nós já tivemos outras épocas bem ruins em termos de orçamento, mas nós temos outros instrumentos, assim como vocês mesmo citaram, a questão da legislação, que é fundamental. Não existe uma legislação que criminalize a homofobia, isso é uma atividade que podemos trabalhar e fazer sem necessariamente ter muitos recursos, mas nós temos que nos adaptar a essa questão dos recursos porque, pelo menos, até 2018, nenhuma notícia muito boa. Vamos trazer o quadro para vocês, mas a situação, por também uma regra criada recentemente, de que a despesa do governo cresce em certa proporção em relação à despesa do ano anterior, então, dificilmente vai acontecer mesmo que a economia e a arrecadação melhorem, não se poderá dar saltos na despesa governamental. A despesa governamental, agora, com a PEC aprovada, ela vai ser incremental, a não ser que ocorra outra alteração da legislação, não vai haver saltos. Então, realmente nós sofremos com essa condição de sermos os “caçulas” e vamos ter que buscar opções de trabalho. E, como vocês mesmo apontaram, a necessidade de melhorar a articulação, pelo menos, com órgãos de governo, que no seu conjunto tratem essa questão de uma maneira convergente e aí se pode valer, evidentemente de acordo com as condições também dos demais órgãos, mas com um orçamento mais amplo, que engloba os nossos órgãos parceiros. Eu acredito que possamos ter sucesso quanto a isso. Essa é a fonte que vamos trabalhar o máximo possível para alcançar, que é o trabalho em conjunto, em parcerias com políticas públicas de outros Ministérios para ampliar nossa possibilidade de atuação e pelo menos para termos acesso a mais recursos do orçamento da União. Acredito que o fundamental que vocês colocaram é isso, acho que a primeira, por esse fato de sermos “caçulas”, nós também não nos estruturamos, até agora, dentro dos limites que foram dados. O nosso Decreto saiu nos primeiros dias de agosto e temos até o dia quinze (15) de setembro para organizar e estruturar equipes dentro do Ministério. Isso é uma atividade que aparentemente é rápido porque as Secretarias já estavam aí, mas não é uma situação muito rápida. Então, quinze (15) de setembro deveremos superar isso, se não tiver nenhum sobressalto na Medida Provisória 782, mas assim, não tem como a gente não compactuar com as observações que vocês fizeram e nós vamos estar juntos. Temos aos limites que são as regras gerais de funcionamento do Governo Federal, mas aqui também já me dirijo aos representantes dos outros órgãos para que nos auxiliem e orientem e até definam algumas ações possíveis que nós, dentro do Governo Federal, consigamos, em primeiro lugar, atuar com mais convergência; e, em segundo lugar, para deixar claro o pedido de vocês sobre o orçamento, nós faremos um balanço disso na próxima reunião e dizer que vamos buscar sim, dentro desses limites, maiores recursos e tentando atender da melhor forma as demandas de vocês. Mas precisamos entender também que nós vamos ter que trabalhar com mais economia, com mais efetividade, talvez usar algum tipo de, precisamos pensar nisso, usar a nossa inteligência para tentar fazer alguma coisa inovadora que caiba aí dentro desses limites orçamentários, é isso. **O Presidente faz uso da palavra:** Obrigado Johaness. Alguém deseja fazer mais alguma pergunta ou complementar alguma questão? Agradecemos, então, a presença do Ministro e vamos contar, então, na nossa próxima reunião, que possivelmente será em Outubro, assim que definirmos nós colocamos para essa questão da apresentação desse

orçamento de como é que vamos fazer, certo? Muito obrigado pela presença. Seguindo, então, a nossa pauta, nós temos agora, então, o início da sessão de informes, então, todas as pessoas que tiverem informes a serem dados podem levantar o prisma e nós vamos chamando. Conselheira Chopelly faz uso da palavra: Bom dia a todos e a todas. Para fala que, agora, dos dias quatro (04) a sete (07) de outubro acontece o ENTLAIDS que é o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, em Teresina, no Piauí, na sua 25ª Edição, que é o Encontro Nacional que já existe ai há muitos anos. **Conselheiro Gil faz uso da palavra:** Bom dia, gostaria de dizer que o Congresso Municipal da Central de Movimentos Populares aconteceu nesse domingo passado, dia 27 e que o nosso Congresso Estadual vai acontecer nos dias 21 a 22 de outubro e dizer que eu vou embora hoje para São Paulo porque eu não vou estar aqui amanhã para votação, porque CMP vai se inscrever no próximo edital, é isso, obrigado. **Conselheiro Lucas faz uso da palavra:** Para informar sobre a realização do Terceiro Congresso Internacional e o Sétimo Congresso Nacional de Direito Homoafetivos nos dias 7 a 29 de Setembro em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Acho importante destacar que é um Congresso que vai debater sobre aspectos jurídicos e médicos da intersexualidade, sobre os avanços do poder judiciário, enfim, trás uma capacitação para quem está na luta da defesa por Direitos Humanos, então fica o convite. Eu não participo da organização, mas se quiserem entrar em contato, podemos fazer um meio campo junto com a OAB do Rio Grande do Sul para a possibilidade de algum tipo de apoio. Vai acontecer também a 23ª Conferencia Nacional de Advocacia de 27 a 30 de Novembro, em São Paulo Capital, também tem painéis específicos para debater diversidade sexual e de gênero e também temos a possibilidade de eventualmente buscar um apoio para os interessados. Acho que também é importante e que profissionais e militantes de outras áreas também participem desses debates e gostaria de trazer um informe um pouco na linha do que foi feito dos resultados da Terceira Conferência LGBT que aqui no Distrito Federal foi criado o Conselho Distrital de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania, recentemente, acho que foi no final de Julho, se eu não me engano, ou começo de Agosto. Foi um resultado de, certamente, muitos anos de luta, mas mais recentemente foi um resultado concreto da Conferência Distrital e da Conferência Internacional que foi uma demanda, inclusive na Conferência o então Secretário dos Direitos Humano e atual Presidente da Câmara assinou o trabalho que havia sido feito na Conferência e demorou um pouco, mas finalmente saiu e teve também a inauguração do ambulatório trans que também é um resultado direito da Conferência com muitos nãos de luta, mas recentemente da Conferência, então são esses os informes. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Então, são dois informes breves. Primeiro que nos dias 29 e 30 de setembro a 1 de outubro, vai acontecer em São Luís do Maranhão o Terceiro Encontro Nacional da Rede Afro LGBT, então, estão todas e todos convidados, desde que possam arcar com as despesas do traslado ou então podemos inventar uma maneira inteligente de se organizar e se adequar a restrição orçamentária, talvez virtualmente, para poder contribuir com o debate do Encontro Nacional da Rede de Negros e Negras LGBT. O segundo informe é que no dia 17 de Agosto, eu, Conselheiro Zezinho, Conselheira Tathiane, Conselheira Luma, Conselheiro Gil, Conselheiro Walmir e a Conselheira Liliane participamos da Quinta Consulta

Pública do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do Mercosul. Esse ano a consulta foi sobre Direitos LGBTI no âmbito do Mercosul. O Conselho foi convidado e nós, a Mesa Diretora mais um membro de cada Câmara Técnica, foram representar o Brasil, nessa atividade que ocorreu em Buenos Aires. Diretora Marina, precisamos ainda dialogar sobre essas reuniões de preparação para a Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (RAADH), até porque temos algumas incidências que nós assumimos para poder fazer junto às autoridades. Vai ocorrer aqui no Brasil. Então, os membros de cada país membros do Mercosul, eles vão fazer essa incidência com as autoridades e nós também assumimos esse compromisso nos diversos grupos de trabalho que nós participamos de estar fazendo essa intervenção junto às autoridades.

Conselheira Tathiane faz uso da palavra: Gente, bom dia. A Rede TRANS BRASIL junto com a RedLacTrans está fazendo sua próxima Consulta Regional da América Latina de 8 a 10 de outubro, em Quito no Equador. A Rede Trans retoma essa participação pela primeira vez nessa reunião, o que está sendo muito importante pra gente. Estaremos iniciando com a proposta para, 2018, uma Campanha sobre a importância da Lei de Identidade de Gênero em todos os países da América Latina. E, o Brasil estará participando através da RedLacTrans. Também nossos encontros regionais já iniciaram nossos ciclos, o primeiro encontro em Natal, no Rio Grande do Norte foi o Terceiro Workshop Regional do Nordeste. De 4 a 6 de Agosto tivemos sessenta e duas (62) pessoas trans participando, homens, mulheres, homens trans e mulheres trans e travestis, formulando propostas. O tema dos próximos encontros serão os mesmos das cinco regiões para oportunizar que levantemos um quadro regional de cada situação por meio de rodas de conversa. Nossos encontros são em forma de conversa, em forma horizontal, onde as pessoas se veem de frente com nada daquele modelo engessado de seminários. Esse modelo dá certo há dois anos e estamos indo para os próximos encontros que serão de 12 a 15 de Outubro na cidade de Belém, por intermédio da Rede Paraense de Pessoas Trans filiada à nossa. Em 19 a 21 o workshop do Sudeste com o Grupo Conexão G de favelas. Será no Rio de Janeiro. De 27 a 30 em Porto Alegre com a realização do Igualdade lá na Marcele Malta. De 4 a 7 no Centro Oeste com a organização do fórum de transexuais de Goiás. Será em Brasília e encerrando com a etapa Nacional com a Coordenação do Trans grupo Marcela Prado, filiada de Curitiba, a realização do workshop Nacional de 17 a 20 de Novembro. O informe final é que a Rede também iniciou um modelo de senso para a população trans levantando um perfil sócio econômico da nossa população. Nós já estamos aplicando um questionário. Já estamos na sexta cidade, na sexta capital. O objetivo é que o senso promova uma pesquisa de pessoas trans através de nossas filiadas e temos as nossas cinco (05) universidades parceiras para depois a conclusão e tabulação dos dados e mais um dossiê a rede trans além do de violência com o primeiro trabalho de catalogação de violações de direitos e assassinados. Mostraremos um dossiê para levantar o perfil sócio econômico da nossa população no início de 2018.

Conselheira Liliane faz uso da palavra: Gostaria de informar que em razão do dia da Visibilidade Lésbica, o CFESS publicou uma nota com relação a essa temática e está disponível no site da instituição e dentre várias temáticas que poderiam ser priorizadas, abordamos a questão dos direitos das famílias. Está um material bem interessante e gostaria de convidar todo mundo a

acessar. Reforçar o informe com relação à Quinta Consulta Pública que nós participamos na Argentina e de todo o material produzido. Eu acho que a grande importância de se estar em espaços como esses, permite, tanto de conhecer a realidade da nossa região e quanto pensar em estratégias regionais. Serão produzidos relatórios, de forma conjunta, que vão ser enviados para cada instituição participante. Eu havia falado que ia fazer alguns informes, apesar de entender que não se tratam de informes nessa pauta de informes. Mas como vamos ter um tempo maior para questão da avaliação, eu acho que são temas mais casados, então vou deixar pro momento da avaliação da gestão, obrigada. **Conselheiro Daniel faz uso da palavra:** Bom dia. Só dar um informe que o FONAJUNE está compondo o Comitê Gestor do Juventude Viva. Saiu à portaria interministerial dia 30 de Junho. É um espaço importante porque o FONAJUNE esteve no Programa, desde o início na implementação do plano nos Estados e Municípios. Mas, infelizmente, teve a primeira reunião do Comitê Gestor e o FONAJUNE não foi comunicado, não teve passagem, não teve nada, porque o FONAJUNE está compondo o Comitê Gestor pelo Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP/MJSP), porque nós acompanhamos o CONASP também. Então, é indicação do CONASP e o CONASP não deu nenhuma informação do porquê da participação do fórum. Mas subentende-se que é por uma questão de passagem. Até perguntei para a Katia quem é o representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública porque precisamos estar na próxima reunião que vai discutir o Programa. Nós estamos super a fim de construir esse Programa, juntos com os Mistérios porque a retomada dele para nós é uma pauta muito cara e também porque é um debate interseccional entre raça, orientação sexual e identidade de gênero. **Conselheiro Felipe faz uso da palavra:** Bom dia a todos e todas. Informo que a ARTGAY inicia, hoje, em Juazeiro do Norte, no Ceará, com todas as entidades do Movimento LGBT, a Semana da Diversidade, começando com Charle Lilás, em homenagem ao Movimento Lésbico e encerrando no dia 3 com a Parada da Diversidade. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** Inicialmente, informar que foi lançada a Cartilha do Ministério Público sob os Direitos LGBT e eu já enviei para a Câmara Técnica de Normas e Legislações para que possa ser analisada e possivelmente em um encontro poderemos fazer um diálogo sobre ela, que traz informações importantes e que, às vezes, nos são cobradas. Podemos usar esse material já que está bem elaborado e já foi publicado. Então, poderemos fazer uma análise se ele, realmente, contempla algumas de nossas iniciativas e interesses. Informar também que vai ocorrer no próximo mês, especificamente de 6 a 9, o Enlaçando Gênero que é em Salvador, Bahia, e eu vou estar presente representando a ABEH e participando de mesas. No mesmo mês, também, em Juazeiro do Norte, vai ocorrer o EREBEO, que é Evento Nacional que trata sobre à área da biologia. O que demonstra uma abertura para dialogar as questões de Gênero e a Diversidade Sexual dentro de uma temática que é tão complexa e tradicional que é a área da Biologia, apesar de seus avanços. Também estarei, entre setembro e outubro, na Universidade de Nova York, onde terei atividades como conferencista e como lançamento de livro para o desenvolvimento das temáticas LGBT na América Latina. E, não só levo comigo a representação da UNILAB e da ABEH, mas também desse Conselho. **Conselheiro Delmiro faz uso da palavra:** Bom dia a todos e a todas. Só para informar que começa, hoje, o Congresso Extraordinário da

CUT, em São Paulo, e vai até sexta feira. Por isso que o titular Walmir não se encontra aqui hoje. **O Presidente faz uso da palavra:** Complementando um pouco a informação do Delmiro, o Congresso Nacional foi precedido de Congressos Extraordinários Estaduais, então terminou agora com a fase nacional. Queria aproveitar um pouco para dar um informe sobre o Processo Eleitoral que nós estamos vivendo. Quando da abertura do edital, houve inscrições nas várias possibilidades, nos vários eixos. No Segmento A, que são entidades, voltadas única e exclusivamente para o trabalho com LGBT, no B que é entidade científica, no C que são entidades sindicais ou não, isso tudo a nível Nacional e no Segmento D de profissionais. Ao fim do processo de inscrição, algumas entidades foram habilitadas, outras não. Abriu-se um período de recursos e a Comissão Eleitoral acabou não aceitando o recurso de nenhuma das entidades, no período de recursos. E, hoje, então, quando olhamos para as entidades habilitadas nós temos no Segmento A, a possibilidade, isso é documentado e vem desde do Regimento, no Segmento A existem nove vagas e nós temos oito entidades habilitadas; no item B uma vaga para uma habilitada, no item C três vagas para duas habilitadas; e no item D três habilitadas para duas vagas. Quer dizer o seguinte, que de qualquer maneira, o processo eleitoral vai começar amanhã. Amanhã nós temos a primeira questão do processo eleitoral, lembrando aí a Sociedade Civil que amanhã às dez horas se inicia. Lembrando que quem for votar pela entidade e não é presidente precisa da procuração para poder votar, com exceção de quem coordenador da entidade. Vou pegar um exemplo simples: Conselheira Luma, é quem vai votar, ela não precisa de procuração porque, atualmente, ela é a Presidenta da ABEH. Então, quando se manda a documentação, está descrito na ATA da Assembleia de Eleição da Entidade, portanto, já tem a comprovação. Tem as questões outras que não tem, precisa da procuração pra poder votar, essa é uma questão. A outra questão é que vamos ter pós amanhã um segundo momento de Processo Eleitoral, porque nós vamos ter um Processo Eleitoral amanhã e não vamos ter o Conselho Completo. Vai faltar uma vaga no Segmento I, que vai ter que ser reaberto e uma vaga no Segmento C. Então, quer dizer que eu solicitei uma reunião que eu não sei como vai se chamar, se é suplementar, enfim, como é que a Comissão Eleitoral vai trabalhar, mas quero dizer a esse Conselho que eu solicitei uma reunião com o Presidente da Comissão Eleitoral amanhã, Pós Assembleia. Eu queria antes da Assembleia e ele acabou me explicando porque não poderia ser, que era melhor depois, então amanhã depois da Assembleia Eleitoral. Pedi uma reunião com a Comissão Eleitoral, justamente, para tentar estabelecer uma publicação rápida e todo o processo poder acontecer, porque nós temos a reunião de outubro para poder fazer e precisamos ter o Conselho completo para podermos fazer toda a questão da eleição do representante da Sociedade Civil, seja ele da Presidência ou Vice-Presidência; os Presidentes e Câmaras Técnicas; os Vice- Presidentes; Relatores, enfim. Nós temos que compor essa questão e temos que tomar posse. Então, teoricamente, essa é a última reunião que eu presido o Conselho e que nós temos essa composição com essas pessoas. Muitos aqui vão permanecer, outros não virão mais, essa é praticamente a última questão. E, pensando nisso, teríamos, a princípio, uma reunião no início de outubro que era 3, 4 e 5 de Outubro e por conta dessa questão de dar tempo de fazer toda a suplementação, a complementação do Processo Eleitoral, nós, precisamos ontem

enquanto mesa diretora, dar uma pensada e mudar. Pensamos em uma data que, depois no informe da Conselheira Tathiane que é Mesa Diretora, nós já vimos que vai chocar com um dos Workshops que ela tem ainda que vai chocar com o Conselho Nacional de Assistência Social, que seria 17, 18 e 19. Pensando nisso, a propositura é que, então, se coloque, indicativamente, os dias 9, 10 e 11 de outubro, numa Segunda, Terça e Quarta, sendo numa Quinta, 12 de Outubro, feriado. Então, a propositura seria 9, 10 e 11. Porque propositura? Porque se terminou todo o processo e deu tempo, daria tempo. Senão seria na última semana. Mas, indicativamente, seria 9, 10 e 11 de outubro, Segunda, Terça, Quarta. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** Eu só tenho uma questão que acredito ser importante. A Mesa Diretora se reuniu ontem e ela definiu que seriam os dias 17, 18 e 19. Foi consensuado, ontem, para poder trazer para o Pleno. Então, foi algo que foi deliberado na mesa. Eu até estou surpresa com a nova informação. Eu acho que nós precisamos ter um alinhamento, o que foi proposto pela Mesa, foram essas datas e eu acho que são essas datas que tem que vir para discussão no Pleno. Qualquer outro argumento que haja nós temos que definir por aqui mesmo. Porque nós vamos ter também outros Conselheiros e Conselheiras que terão atividades também no dia 9 e 10. E, daí nós precisamos ter uma linha de raciocínio bem definida. Particularmente, para a minha pessoa, nove e dez também não tem condição porque estou em atividade em Nova York, então não tenho como estar aqui. **O Presidente faz uso da palavra:** Nós fizemos esse informe a partir do informe da Tathiane, que nós percebemos que a Tathiane que é Mesa Diretora que 9 e 10 não dá, também não dá para você, então essa também caiu. Logo, vamos ter que discutir, vamos escutar primeiro. **A Conselheira Tathiane faz uso da palavra:** É só um adendo, porque você errou. Eu quero que fique bem justificado, porque eu não quero ser irresponsável. A reunião que eu tenho não é de Workshop não, é a reunião do Conselho de Assistente Social que nós também estamos com a nota conjunta em aprovação nos dias 17, 18 e 19 e temos que monitorar isso. **A Coordenadora Marina faz uso da palavra:** Eu só gostaria de fazer um informe. Na verdade e que vai dialogar um pouco com essa data. De 23 a 27 de outubro vai acontecer a RAADH, então talvez, já que o Conselho quer incidir nessas pautas, que a gente pense a propositura de talvez nesse período, sendo que de 23, 24 e 25 são as atividades da pauta específica LGBT, são as pautas específicas da RAADH. Dia 26 são os seminários que vão acontecer e 27 é a reunião das altas autoridades. Para pensarmos dentro dessa propositura, já que é de interesse do Conselho de, talvez, participar ou compactuar com as atividades desse momento e repensar a pauta. A pauta já está pré-definida, Eu tive que enviar um esboço mínimo dos períodos que seriam colocados, que serão três períodos apenas, mas daí nós vamos rever, a partir dessas ideias também e se há esse consenso desse Conselho. **O Presidente faz uso da palavra:** Marina, só para ficar nítido para a gente. Dentro desse processo do RAADH, em que momento, nós sabemos que tem momentos da Sociedade Civil e tem momentos das altas autoridades, mas tem os momentos que tem a intervenção, participação da Sociedade Civil. **A Coordenadora Marina faz uso da palavra:** dia 23, 24 e 25 são as pautas das temáticas, ou seja, as pautas LGBT que serão dentro desse período de 23 a 25. É lógico que não vamos usar os três dias para a pauta LGBT, até porque a chegada está prevista para o dia 23, as pessoas de outros países. Então nossa coordenação previu

que nós teríamos três períodos para discutir, mas é claro que nós ainda não fizemos a vídeo Conferência Oficial com o grupo da RAADH que era para acontecer Sexta-feira passada e foi adiada. Então, temos a previsão ainda de levar as propostas que o Brasil vai discutir nesses três períodos. Mas então teríamos de 23 e 24, tranquilamente, que poderia talvez acontecer às reuniões do Pleno, porque 23 é a chegada dos outros participantes. Nós não temos a previsão de usar os três dias para discutir as temáticas, nós temos três períodos previstos, que seriam 24 à tarde e 25 o dia inteiro. Essa é a previsão da Pauta LGBT no contexto da RAADH. 23 e 24 ainda poderia pensar na reunião do Conselho, é uma sugestão. Dia 26 são seminários que já tem previsto três temáticas. Da nossa temática já foi feito um seminário, na Argentina então não teria mais um seminário específico da nossa temática. Nós teríamos um Seminário de Educação em Direitos Humanos, com a pauta da violência e do bullying, que é claro que entra a nossa temática. Paralelo a esse seminário, vai acontecer um seminário sobre a temática do idoso. **O Presidente faz uso da palavra:** Eu só preciso fazer uma consulta para o Conselho. Alguém tem problema em deixar indicativamente essas datas de 23, 24, 25 e 26 para encaixar a Reunião do Conselho? Lembrando que um dia desses é a Assembleia Eleitoral, por isso que são necessariamente três dias. Um dia, não precisa um dia inteiro. Estamos pensando em um turno ser a Assembleia Eleitoral; no outro turno as entidades eleitas escolherem qual Câmara Técnica vão ficar, porque o Regimento diz que são cinco por Câmara Técnica e se tiver *over* de pedidos em alguma Câmara Técnica, nós precisaremos fazer um debate, porque não tem condições, o Regimento diz dez (10) por Câmara Técnica, sendo cinco da Sociedade Civil e cinco do Governo. Então, não pode ter uma Câmara técnica com seis e a outra com quatro, enfim, vamos ter que fazer isso. A gente deixaria isso para o segundo período pós Assembleia Eleitoral. No outro dia de manhã, posse com a presença da Ministra ou do Johanness, vamos ver quem vai estar. À tarde composição por parte da Sociedade Civil da Mesa Diretora, seja na escolha ou na indicação do Presidente ou Vice-Presidente; e as presidências das Câmaras Técnicas para que possamos, no outro dia ter o Pleno já completo, porque o Governo também vai ter que fazer na parte dele, na parte da tarde a sua indicação das Câmaras Técnicas a escolha da Vice-Presidência do Conselho se continuar na discussão da possibilidade da Sociedade Civil continuar dentro do ano como é dentro de mandato, a possibilidade de a Sociedade Civil continuar na presidência do Conselho e o Governo ficaria na segunda fase do mandato. São três dias, viu Marina? Por isso precisaríamos de três dias e, eventualmente, nós vamos ter que nos adequar um pouco a isso porque nós queríamos participar. **A Conselheira Suplente Mirla do CFESS faz uso da palavra:** Nós ainda estamos pleiteando e eu, particularmente, teria um compromisso no dia 24 com a agenda já marcada, desde o ano passado e eu não tenho como desmarcar. Mas eu não estou necessariamente demandando para desmarcar por causa da minha agenda particular, é só para explicitar a minha impossibilidade no caso. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Eu não quero provocar um debate, mas é porque o Presidente Zezinho colocou a questão do processo eleitoral que vai se configurar amanhã. Só para lembrar que, no último Pleno, as entidades da Sociedade Civil que estão pleiteando uma vaga na próxima gestão de 2017 a 2019, assumiram o compromisso, pelo menos algumas organizações, de fazer

esse voto aberto declarado, porque era o momento, que a gente inclusive avaliou, discutiu e clamou tanto por transparência e que isso se faz necessário. Até porque foi um equívoco da Comissão Eleitoral permitir que esse processo se desse de voto fechado. Então, é só para conclamar mesmo as organizações que aqui estão, as pessoas que vão votar e aquelas que não irão votar, mas que irão delegar alguém para poder votar, que orientem seus respectivos representantes, nessa perspectiva, para que nós coloquemos o voto na urna mas que nós façamos essa declaração de voto porque o que nós queremos mesmo é transparência no processo. Nós faremos. É porque no edital está escrito que tem que ser voto fechado e é Comissão Eleitoral e está estabelecido no edital que o voto é fechado. O Presidente faz uso da palavra: Deixe eu explicar: é porque, se vocês lembram no último Pleno, quando nós discutimos isso e pós último Pleno quando as pessoas, o Conselho, como um todo se manifestou, eu fiz um Ofício para o Presidente da Comissão Eleitoral. Nós preparamos um ofício dizendo que o Pleno reunido - que não era decisão da presidência e nem da Mesa Diretora - achava que não era o momento de um voto fechado, que tinha que ser aberto. A resposta que nós tivemos foi não, que a Comissão Eleitoral mantinha o edital e não faria o voto aberto, porque **diz** que aberto constrange as pessoas. Mas nós fizemos, por isso que a proposta do Washington é baseada nessa questão, onde nós manifestamos a nossa indignação por voto fechado, porque inclusive me lembro, na época, que os representantes governamentais do Conselho votaram juntos por essa decisão, de pedir para que a Comissão Eleitoral alterasse o voto da Sociedade Civil, foi uma manifestação inclusive governamental. Quando nós pensamos, nós pensamos o seguinte, pegar a cédula, votar lá, mas vou dizer em quem estou votando, vou dobrar a minha cédula e colocar dentro da urna. É isso que nós estamos pensando em fazer, nós não estamos pensando em fazer o voto simplesmente aberto, porque nós sabemos que no regimento que tem voto fechado, nós estamos dizendo é voto declarado. A gente coloca na urna, vota, só que antes da gente depositar, a gente coloca em voz alta, foi o que nós pensamos. O Presidente faz uso da palavra: Enquanto não acabar o processo eleitoral a presidência não está vaga e nem a Mesa Diretora. Isso já aconteceu outras vezes e vai até você ter o processo eleitoral cumprido. Gostaria de dizer para você que espero que se cumpra, até outubro, dentro do prazo, porque acho que já fiz meu tempo, já fiz meu papel, estou ficando porque é uma necessidade, entendo isso e desde o ano passado, diante de todo esse cenário político, eu já imaginava que talvez nós não conseguíssemos cumprir todas as questões, que fosse demorar um mês mais, um mês menos, então para mim não tem nenhum problema. **Conselheira Janice faz uso da palavra:** Eu gostaria de parabenizar as entidades que nos mandaram mensagem de apoio ao Dia da Visibilidade Lésbica e também informar que nenhuma entidade lésbica foi habilitada para o processo eleitoral e gostaríamos que ficasse registrada a invisibilidade lésbica no CNCD. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Então gente, só para deixar nítido algumas coisas. Primeiro, nós estamos participando desse processo eleitoral e não sou eu, Washington, que estou votando, porque eu, quando estou votando para Deputado, para Governador, para Presidente, de fato meu voto é secreto, mas quem está votando é a REDE AFRO, que tem um trabalho público, que tem uma utilidade pública e nós precisamos manifestar quais são as nossas escolhas políticas. Eu acredito que uma das primeiras

tarefas que a Câmara Técnica de Normas e Legislações precisa se debruçar é rever esse regimento eleitoral, que o voto tem que ser sempre aberto, público. A minha proposta e sinceramente, me desculpem, mas eu vou ser intransigente, não vou retirar essa proposta, é que as organizações, e ai tudo bem, fica a critério, bem como vocês colocaram é que as organizações rebelem-se ainda que depositem seu voto na urna, mas que torne público seu fato, porque se não fica parecendo coisa de CNTE, de CUT, de REDE AFRO, de CFESS, de REDE TRANS, não, eu acho que precisamos de fato ter unidade nas ações, retomar essas unidades, essa era a proposta. **Conselheiro Lucas faz uso da palavra:** Acho importante primeiro esclarecer que a manifestação da Comissão, apesar de que nós discordemos, nós escolhemos e ela tem de, certa forma, um fundamento e é o órgão que, de alguma forma, nós deliberamos para conduzir esse processo. Nós que indicamos os Conselhos que fariam essa composição e eles responderam fundamentando, apesar de que eu acho que a fundamentação não é pertinente para o caso, porque ela vai na linha de que o voto secreto é para defender e evitar constrangimentos. Isso faz sentido quando existe algum poder hierárquico entre aqueles votantes. E, no caso somos Sociedade Civil e ninguém vota no Governo aqui para ser retaliado por, eventualmente, algum órgão. Enfim, o CFESS não vai retaliar, nem a ABEH e nem a ANTRA, então assim, não existe esse fundamento, ele é fraco, mas foi o fundamento que ficou e que foi aprovado pela Comissão. Então, eu acho os fundamentos para impugnar são fracos, mas existem, porque a Comissão deliberou de algum modo. Infelizmente, não temos tantas entidades concorrendo e enfim, a procura não foi tão grande para compor o Conselho Nacional, mas se nós tivéssemos, imaginássemos um quadro com muitas entidades concorrendo, realmente ficaria ai um espaço para uma discussão política ou até judicial entorno da próxima composição. Mas ai fica a cargo de cada entidade decidir como vai avaliar, se posicionar, tendo consciência, enfim. Acho que quem expressar o voto, acho que não corre necessariamente um risco no final, um risco concreto, mas abre precedente, abre espaço para uma discussão muito mais política do que jurídica, até porque juridicamente nesse momento é fraca. Mas assim, passou e agora não temos mais a quem recorrer, a Comissão Eleitoral é quem diz, a margem para a impugnação evidentemente existe. A gente já viu isso, infelizmente nós vimos isso entre as próprias entidades, até internamente, entre as entidades, esse tipo de disputa que é levada para depois e é judicializada, inclusive, então cabe a cada um avaliar os riscos. **O Presidente faz uso da palavra:** Eu quero deixar nítido que concordo com o Conselheiro Washington, porque assim, como participei desde o início da construção deste Regimento, ele é tão fácil. Se nós pegarmos lá do processo seletivo, ele tem só um artigo com vários parágrafos e seria só acrescentar um parágrafo lá dizendo que os votos deverão ser sempre votos abertos. Porque a Comissão Eleitoral fez a partir do nosso Regimento. E, o nosso Regimento como não diz nada, nem se é aberto e nem se é fechado, tem lá os casos omissos e tem essa questão de que os votos deverão ser sempre em aberto. Fácil e claro lá no Regimento, a gente vai lá e altera essa questão onde fala disso. Agora, eu acho que o fato, ai o Lucas está dizendo, o fato de depositar o meu voto na urna e dizer em quem eu votei, no exato momento, eu não estou descumprindo o edital, apenas abrindo para a entidade que queira. Acho que o que, peguei, fui lá votei, vou depositar e

falar que no Segmento A votei em tal entidade, no Segmento B em tal entidade, no Segmento C em tal entidade e no Segmento D em tal entidade, mas meu voto está lá. O que conta é o voto que está lá dentro, não é a minha declaração. Essa é uma questão que temos que ter, não existe possibilidade de voto aberto, o voto vai ser fechado, mas existe a possibilidade de que no momento em quem eu votei, eu dizer em quem eu votei dentro de cada Segmento, isso não impregna processo e não cria problema. **Conselheira Chopelly faz uso da palavra:** Gostaria de deixar claro que a ANTRA não está contra a questão do voto aberto, nós não temos problema nenhum e em expressar as pessoas que estamos votando, agora assim, o nosso receio é justamente o aspecto jurídico e não é a Comissão Eleitoral, é a questão de abrir margem para as entidades que questionaram e aqui já temos uma entidade que declarou seu protesto de não haver entidades lésbicas dentro do Conselho, que podem pegar essa abertura e utilizar contra o processo eleitoral e nós sabemos que tem entidades que buscam minuciosamente as coisas pequeninas para poder embargar então assim, mantenha o direcionamento da ANTRA em dizer que isso é preocupante é claro que não seja uma recomendação desse pleno, porque se for a forma como, a princípio, o Conselheiro Washington propôs no início, aí eu proponho uma votação, porque não é o direcionamento que a ANTRA conduz de ser uma recomendação para que os Conselheiros ao depositar o seu voto expressem, mas que seja o contrário você faça o seu voto e a entidade que se sentir à vontade o declara sem ser como recomendação e orientação deste Pleno de Conselho. **Conselheiro Eliseu faz uso da palavra:** O voto em urna tem que ser silencioso sim, você não pode declarar voto se não é boca de urna. Estou falando de quem trabalha com isso e realmente abre margem e eu não sei qual a diferença já que não vai se ver a cédula de se falar na hora de falar depois, eu acho que para garantir que nenhum problema vá acontecer, a Sociedade Civil podia dizer depois que acabar a eleição em quem votou, nas redes ou algo assim. Mas para evitar que na hora abra margem para uma pessoa de má fé querer derrubar o processo eleitoral, é apenas um conselho. Em um processo eleitoral comum, você não pode declarar o seu voto, você pode usar um botom, um adesivo como as pessoas fazem, mas falar não pode. **O Presidente faz uso da palavra:** Certo, nós vamos pensar em todas essas questões para não ter problema com todo o processo eleitoral. Tendo a concordar com o Eliseu de que a boca de urna pode vir a influenciar as outras pessoas das outras instituições. Continuando agora que acabaram os informes, vamos abrir para a avaliação da gestão. São 11:47 e ainda estamos dentro do nosso tempo. Na verdade, antes da avaliação temos o Conselho Federal de Psicologia que precisa dar um informe. Nós pedimos, inclusive, para trazer o texto para distribuir no Conselho. **Teófilo Gravim, representante do Conselho Federal de Psicologia faz uso da palavra:** Eu trouxe escrito para que não sejamos nem um pouco prolixos. Tem um projeto de lei o 4931/2016, eu trouxe ele aqui da GRI. Explicitamente esse é um novo projeto de lei de “Cura Gay”. O relator vai ser apresentado em duas Comissões: Seguridade Social e Família e, em seguida, tem a tramitação na Comissão de Justiça. Já temos, o que nos preocupa, um relator nesse primeiro momento que é o Daniel Garcia do PHS Paraná. Então, como é um projeto de lei, ele vai caminhar na Câmara em cinco sessões. Nessas cinco sessões para apresentar emendas, para se fazer todo o debate necessário. **(Leitura da PL 4931/2016).** Isso nos preocupa porque já temos uma luta. E,

na Resolução 001/1999 trabalhamos uma campanha, nós vamos estar publicitando para vocês. Eu não sei se é de conhecimento de todos, mas é uma resolução de 1999 que reafirma o que a Organização Mundial de Saúde já fala, a Sociedade de Psiquiatria Americana e Brasileira que não existe nenhum distúrbio, não se pode considerar doença as homossexualidades, diretamente ligada a questão das orientações sexuais. Ontem, o Daniel do Conselho Federal, junto com outros representantes esteve já na Câmara e está agendando audiência com esse relator, que é uma forma de aproximação e também sendo muito direto, o que se propõe? O que esse relator quer e o que é que esse PL pretende? Já que sabemos que não existe cura porque não é doença, mas é necessário esse embate direto antes de ser apreciado na Câmara. Ontem foi feita uma visita à Câmara, já procurando pessoas que possam nos apoiar nessa luta. Coloco-me à disposição para que, caso alguém quiser conversa e tirar dúvidas. **Conselheira Tathiane faz uso da palavra:** Gostaria de deixar registrada a tentativa de inconstitucionalidade do projeto. Ele é inconstitucional, a partir do momento que fala de algo que não é doença. Era importante deixar isso como encaminhamento a comissão que é responsável por essas produções propor algo e até socializar por e-mail, já que não vamos ter tempo de colocar isso mais nessa agenda de hoje que está corrida, mas pensar na Câmara Técnica Permanente de Legislação e Normas produzir algo em sete dias e passar para os membros da Câmara e depois de consensuado, para o Presidente e socializar com a Mesa Diretora para ver se temos alguma posição direta sobre isso, porque ai ajudará lá. O Presidente faz uso da palavra: Eu estou sugerindo também. E que isso independa da Câmara Técnica. Nós poderemos fazer um ofício para a Ministra, solicitando uma intervenção na Câmara dos Deputados, diretamente, colocando o número do projeto, o deputado e o partido para que na nossa concepção, a Tathiane já colocou, é inconstitucional e que ela pudesse intervir pra a gente não ter mais problemas do que nós já temos com o Legislativo. **Conselheira Tathiane faz uso da palavra:** Talvez pedir para o Ministro da Saúde também, o próprio Ministério da Saúde referendar a inconstitucionalidade disso. **Conselheiro Eliseu faz uso da palavra:** Bem, eu conheço o Ezequiel, ele chegou a ser Secretário dos Direitos Humanos do Rio e nós tiramos ele do cargo em um mês porque ele foi na televisão falar que as doenças teriam cura e por isso foi derrubado. Agora essa questão é mais séria porque o Conselho de Psicologia é uma autarquia, não cabe legislação na Câmara para uma autarquia, a posição é sempre do Conselho. A minha ideia sobre isso é que não se façam publicações sobre o Ezequiel, porque ele sabe que isso não vai passar, não passa na CCJ, até porque se isso acontecer, todas as profissões do Brasil correm risco, porque passa a se entender que o Congresso Federal pode legislar sobre as profissões, só que não pode. Uma profissão é feita por um tripé, o teórico, o praticante e o administrador - sou especialista em carreira, por isso que eu estou falando disso - a universidade que produz o conhecimento e ai o Ministério da Educação produz um currículo básico sobre aquele saber e o administrador que são os Conselhos, que são os Conselhos de Medicina, Conselho de Psicologia. Não existe uma lei que se faça sobre isso, por isso será derrubado na CCJ, é lá que temos que trabalhar e eu acredito que dar publicidade a isso, fazer uma nota, é tudo o que ele quer, para ele aparecer como defensor. O que nós costumamos fazer e temos feito sempre é divulgar esses caras, divulgar a picaretagem e

eu acho que isso não deveria ser feito agora. Nós deveríamos ficar atentos, deve-se fazer um *advocacy* forte com os deputados da CCJ. Eu posso ajudar a fazer isso e por enquanto é isso. Isso será derrubado lá porque se não é um atentado a toda e qualquer profissão e isso já foi dito antes, eu até coloquei um vídeo na internet falando sobre isso, não existe maneira de uma lei federal legislar sobre as profissões. O grande risco seria um dia eles tomarem o Conselho e eu sei que eles tentam fazer isso, sou psicólogo também e eles tentam pagar cursos de universitário para Psicologia, ai é um outro risco, se um dia eles chegarem ao Conselho Federal de Psicologia ai nós temos que falar sobre isso, mas por enquanto eu acho que visibilizar o Ezequiel é a pior coisa, esse cara usou a imagem da Marina para divulgar que gays iam para o inferno, depois foi para dizer que nós éramos iguais a HIV na televisão, perdeu a Secretaria por causa disso. É mais uma tentativa desesperada dele de aparecer. Então, acho que deveríamos pensar duas vezes antes de fazer qualquer moção ou manifestação pública e sim fazer algo bem silencioso na CCJ provando que isso é um atentado a toda e qualquer profissão e que não é algo só nosso e que não existe lei que legisle em cima das autarquias, que são os Conselhos Federais. **Conselheira Tathiane faz uso da palavra:** A proposta aqui é intervir juridicamente, politicamente para ir lá ver que o Conselho está apropriado das questões, mas nós sabemos que o projeto não passa, que o projeto é esdruxulo, mas se incidir principalmente na presidência da casa e se oficializar também na Comissão dos Direitos Humanos, na CCJ. **O Conselheiro Lucas faz uso da palavra:** Mais ou menos na linha do que o Conselheiro Eliseu disse, eu acho que devemos aproveitar a articulação que já vem sendo feita em cima da defesa da Resolução 01/99, exatamente porque a articulação vem sendo feita com os outros Conselhos de profissões nessas linhas, porque os Conselhos não podem permitir que o Congresso ache que vai assumir as suas atribuições e deixar bem claro que é a plataforma política, que o relator Diego Garcia foi relator do estatuto da família, então já dá para ter claro uma noção do que vem. Então é fazer esse trabalho nas Comissões e fazer eles sentirem que no Plenário a derrota é certa, que foi o que aconteceu no estatuto da família. Fizeram uma Comissão, mas não tiveram coragem de pautar, mas tem que mostrar força para constranger, porque se não eles vão tomando espaço. **Teófilo Gravim, representante do CFP faz uso da palavra:** Nós temos uma assessoria jurídica específica hoje cuidando do PDC anterior. Nós temos feito esse trabalho silencioso. Entendo quando vocês colocam que tem que ser silencioso, mas assim, eu trabalho com movimento social, então nós temos discutido muito isso, em não tornar pública, até no nosso Conselho. Nós temos um grupo específico para estar tratando desse assunto, mas é que é preocupante. Já temos uma luta com o PDC que é da Resolução 001/1999, que é a nossa defesa maior porque estamos juntos com os outros Conselhos. Mas é que esse surgiu e está galopando. Fomos chamados ontem porque já tem relator, já tem prevista a votação para setembro. Então não é tão inocente assim, pode querer só visibilidade, mas isso hoje, diante do governo que nós temos, é muito preocupante. Então só para saber, a nossa assessoria jurídica tem pensado no primeiro PDC que era pautado com os outros Conselhos, mas esse trata da dignidade humana, como é que um Conselho tira isso do cidadão? Eu trabalho com políticas públicas, eu trabalho para o SUS e vivemos um retrocesso de políticas diárias e por ai vai. É extremamente importante que tenhamos essa cautela e

como foi colocado aqui, é silenciosamente e estrategicamente buscar os nossos apoiadores, porque por mais absurdo que seja, está aí. **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Enquanto profissional de saúde, até fazer um alerta, porque na verdade na Classificação Internacional de Doenças, CID, ainda consta que a homossexualidade é egodistônica. Seria quando a pessoa tem um sofrimento por ser gay ou lésbica com relação a sua homossexualidade. Até para que nós não façamos o discurso de que não existem patologizações com relação a orientações homossexuais. Existe isso no âmbito internacional. Agora, esse projeto, especificamente sobre essa pauta, estrategicamente, é ruim, em alguns aspectos nos manifestarmos - incluir, mas por outro lado, enquanto Conselho Nacional, nós não podemos nos eximir de ter posições para com determinados projetos. Esse projeto deve se inserir junto com todos os outros que a própria Câmara Técnica de Legislação e Normas já analisou, já tem posicionamento contra e se inserir no campo de incidência que nós temos que ter em relação ao Congresso. Não é um projeto, especificamente (mas - incluir) em relação a todos os outros que nós somos contra e eu acho que nós temos que ter uma agenda mais incisiva sim no Congresso com relação aos posicionamentos que nós somos a favor e aos que somos contra. Eu acho que esse projeto se insere dentro desse contexto maior. **Conselheira Jéssica faz uso da palavra:** Esse não é o primeiro projeto de lei que o Ministério provavelmente terá que ter algum parecer, até porque nós já fizemos diversos outros em relação ao estatuto da família, sendo contra, obviamente. Esses projetos de lei, geralmente chegam ao Ministério da Saúde por meio da CONJUR que é a Assessoria Jurídica do Ministério da Saúde, ou, então, por meio da Assessoria Parlamentar - ASPAR. Um ou outro que solicita à área técnica que dê o seu Parecer Técnico, mas nada impede que o Ministério seja provocado por outras entidades, como o próprio Conselho LGBT, ou Conselho Federal de Psicologia, ou qualquer outra entidade que nos provoque a responder a esse projeto de lei. Desde já, quero deixar bem nítido que esse projeto vai totalmente contra a Política Nacional de Saúde Integral LGBT e que provavelmente o parecer do Ministério da Saúde será contra esse projeto de lei. **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Eu tenho alguns apontamentos e questionamentos e eu deixei para fazer na avaliação, até porque o que nós não por tivemos resposta nesse momento, devemos deixar recomendado. Para isso não se perder para a próxima gestão do CNCD/LGBT. Uma delas é uma agenda importante que se tirou na última reunião que é sobre a incidência com relação as Convenções 68 e 69 da 40ª Assembleia da OEA. Precisamos saber como está isso, não perder isso de perspectiva. Outra questão que nós já apontamos no Pleno é a articulação com a ANVISA para fazer a articulação com relação a doação de sangue, porque nós sabemos que tem ainda uma recomendação, sobretudo, com relação aos gays, um período maior para a doação de sangue, então não podemos perder isso de vista e tem que fazer esse diálogo com a ANVISA. Voltar a falar sobre a articulação do Congresso porque precisamos ter sempre isso muito forte, não podemos nos restringir, enquanto Conselho Nacional LGBT, as nossas pautas e lutas no âmbito do Executivo. Temos que estar articulados com as pautas do Congresso Nacional, embora saibamos de toda a dificuldade que temos nesse momento político. Eu gostaria de colocar aqui é com relação a reforma política, vem sendo discutida a questão de gênero. Esse Conselho precisa se atentar a essas agendas e ter posicionamentos com relação a isso. Digo isso

especificamente por causa da candidatura de travestis e mulheres transexuais, isso é uma pauta que temos que estar em alerta. Gostaria de perguntar não só a secretaria, mas a todos os órgãos de representatividade do governo, porque no penúltimo pleno, nós discutimos aqui o Pacto de Enfrentamento a Violência LGBTfóbica no Brasil, ele vai ter várias fases e uma das fases seria que as representações do governo iriam fazer o levantamento das deliberações das conferências e do PPA de suas respectivas pastas, para que nós iniciemos a e fazer essa discussão e começar a incidência do Pacto. Então, gostaria de saber aqui, das entidades de governo essa questão. A Katia mandou para a gente a ata da 39ª Reunião, até elogiar o trabalho que deve ter sido bem árduo, como ficou algo muito extenso, manter a sugestão de que tenham as planilhas com as deliberações para ficar mais fácil o monitoramento por parte das |Conselheiras e Conselheiros, isso é bem importante para a gente que tem essa prerrogativa do controle social. Além disso, perguntar qual a previsão para a publicação das outras atas no site. Nós discutimos também o relatório da conferência. Nós fizemos sugestões e encaminhamentos no Pleno que nós fizemos a avaliação da Conferência e isso ainda não foi devolvido para que seja publicitado. Tinha o indicativo de ser publicitado o material integral com relação às deliberações da Conferência e o PPA que tinha sido produzido pela Câmara do Plano, então perguntar também com relação a essa publicação que é bem importante. Feito essas indagações, vou passar para a questão propriamente dita da avaliação da gestão. Acredito que não tem como avaliar essa questão não dizendo de todos os rebatimentos que nós tivemos por causa de vivenciarmos um governo ilegítimo. Eu sempre digo que não podemos considerar as coisas a partir essa palavra, porque no Brasil, nós nunca tivemos uma seriedade e um comprometimento com todas as pautas de Direitos Humanos, vide todas as que vemos a olhos nus para quem quiser observar no nosso país. Então não é uma questão de agora, mas precisa ser essa forma, essas incidências em relação a essa nova conjuntura. Tanto dessas mudanças intermináveis de gestão, da reformulação da estrutura, como de outras questões. Nós temos dificuldade com relação orçamentária que tem se restringido muito a uma perspectiva, como o Washington colocou na fala anterior, a questão das reuniões sendo que esse Conselho precisa incidir mais na sociedade brasileira em vários aspectos. Então, às vezes, falamos “Olha, o Conselho Nacional não se faz presente nessa pauta” pra isso nós precisamos também da questão orçamentária. Isso nós não podemos deixar de avaliar como um elemento de dificuldade que nós tivemos. Além disso, já falamos anteriormente que teve uma interferência, nesse contexto a Conferência e, obviamente, se o produto da Conferência teve interferência, as próprias pautas desse Conselho também vão sofrer rebatimentos. Nós tivemos uma questão também que eu preciso colocar com relação ao Conselho que é uma questão um pouco mais administrativa mesmo. A Katia fica sempre nessa incumbência de dar conta de todas essas deliberações de ordem administrativa e a gente sabe que é muita coisa, todas as câmaras produzindo e dar conta de muita coisa, acho que isso incidiu na questão da demora da publicação dos documentos e o Conselho precisa ter uma maior estrutura, a fala não é nem de uma crítica, é de um reconhecimento de quanto trabalho vem sendo feito, mas de avaliar que nós precisamos de uma estrutura maior de secretaria para encaminhamento de algumas questões, por exemplo, eu estou aqui agora daí estou elaborando uma nota, tem que

prestar atenção no Pleno, enfim, fica tudo muito corrido e uma estrutura melhor de secretaria minimizaria muito teríamos maior celeridade para publicação do que esse Conselho precisa publicar. Isso tem uma relação direta com a forma desse Conselho de estar mais próximo das pessoas, porque se eu produzo algo e eu demoro muito para publicar o que eu produzi, nós perdemos o bonde da história. Então um dos elementos centrais da história é uma estrutura maior com relação à Secretaria. Também dizer de uma maneira geral que a participação das representações do governo, que foi algo que a Sociedade Civil sempre pautou, sempre cobrou, a gente manter até uma recomendação de que continue se cobrando, porque não existe controle social só de Sociedade Civil. O espaço só de Sociedade Civil é em outro lugar. Mas também reconhecer que nós tivemos grandes parceiros da representação do governo, por exemplo o Ministério do Desenvolvimento Social na Câmara de Enfrentamento a Violência. Depois as pessoas podem citar das outras Câmaras, mas nós sabemos que como o Ministério da Saúde e do Planejamento, e de outros que tiveram bastante incidência e presença e com relação ao governo, não dá para a gente só fazer o recorte da crítica, nós também temos que reconhecer os trabalhos que vem sendo produzidos. Agora de uma maneira geral, no contexto, como avaliar a incidência do Conselho? Para avaliar essa incidência, acredito que voltamos para a questão legal, desse Conselho não ser regido por uma legislação, até como recomendação para a continuidade da próxima gestão, uma luta e maior incidência em relação a isso. Novamente falar da questão orçamentária, enfim, são muitas questões que não podemos nos eximir de colocar nesse momento de avaliação. Algumas sugestões, que as transmissões do Conselho sejam transmissões *online*, não só gravadas para depois a publicação das atas, porque isso facilita o acesso a informação, o processo de transparência, porque no momento em que eu estou me posicionando, as pessoas as quais eu represento da sociedade brasileira podem ter conhecimento de quais são as minhas pautas, de quais são as minhas defesas. Isso dá maior credibilidade até para o trabalho que nós desenvolvemos aqui. Com relação a comunicação, que é um dos pontos centrais aqui que nós tivemos dificuldade no CNCD. Sugiro que a próxima gestão tenha um GT de comunicação, justamente para dar maior celeridade a questões de publicações de atas e informes do CNCD/LGBT. Além de falar de todas as dificuldades que nós tivemos, também quero fazer uma fala de agradecimento, porque cresci muito, porque estar nesse espaço pessoalmente contribuiu muito para mim enquanto pessoa e também enquanto profissional, aprendi muito nesse espaço e com certeza nós vamos fazendo as articulações nos espaços que estamos atuando. Dizer que fazer o retorno do que nós fazemos aqui para o CFESS também é muito rico, então sabemos que é uma entidade que busca em todos os espaços que está uma defesa intransigente de direitos sociais, de direitos humanos, dentre essas pautas, as pautas LGBT. Dizer da importância de ter ocupado esse espaço, a gente está aí pleiteando o processo eleitoral, mas fazendo uma avaliação, porque não sabemos se retornaremos ou não, então só fazendo uma avaliação de que para a gente, para o CFESS também foi importante ocupar esse espaço, porque ele também incide na informação que passamos e reproduzimos para categoria profissional de assistentes sociais. Agradecer a cada pessoa que compõem esse espaço e que se compromete com uma sociedade diferente para o nosso país. **O Presidente faz uso da palavra:** Primeiro, eu gostaria de agradecer

este período como Presidente e agradecer a todas as entidades pelo empenho, pelo trabalho, pela colaboração, aqueles membros do governo que estiveram sempre e desde o começo. Puxar a orelha, igual a Liliane falou, algumas organizações governamentais deixaram muito a desejar, mas tiveram outras que foram, são e estão parceiras e aí não podemos colocar tudo dentro de uma mesma questão. Dizer que na minha avaliação, junto com a Mesa Diretora, que eu queria agradecer o Washington, Tathiane e Luma. Nós tentamos e nos esforçamos a fazer o nosso melhor. Lógico, para mim existiram duas questões que podem perpassar para o próximo mandato desse Conselho que é a questão orçamentária, um problema que nós sofremos demais neste último ano, porque já passávamos pelo processo de transformação do governo. Não vou nem dizer se foi golpe ou se não foi golpe, governo legítimo ou ilegítimo. Estamos dizendo que passamos por uma questão de falta de orçamento. Os Conselheiros aqui sabem que chegamos a ficar com a mala pronta sem saber se a passagem viria ou não. Temos alguns problemas orçamentários de Conselheiros que vem do Norte e do Nordeste que estão demorando dez, quinze horas para chegar porque compra-se no programa o mais barato, não aquilo que é melhor, ou alguns voos que são diretos ou semidiretos para as pessoas poderem ir e voltar, isso é um problema de orçamento, então é um problema sério para que nós tivemos ao longo dessa questão. A outra questão é com respeito a questão estrutural desse governo, desde que eu tomei posse, estou falando de setembro do ano passado, a gente já vinha com problema de estrutura, se vai ficar assim, se não vai ficar assim, desde Abril. Daí muda: vai para o Ministério da Justiça e Cidadania, de repente esse não existe mais, demorou e depois cria-se outro. Quero aqui lembrar que ficamos oito meses sem ter ninguém no cargo que a Marina ocupa. Esse cargo ficou aberto por oito meses sem ter ninguém e isso dificulta a política. Não tem como você ficar oito meses sem Coordenação e aí fica aquela questão de que vai estruturar, mas precisa disso, precisa daquilo. Estamos vivendo, atualmente, de novo e o Secretário Executivo, Sr. Johanness disse e nós sabemos que até o dia 15 de setembro isso aqui passa por nova estruturação. Isso aqui tem que se alinhar a estrutura publicada, não é nem o que passa e o que não passa, tem que se alinhar. Então acho que a Sociedade Civil e alguns Conselheiros governamentais tornaram possível esse Conselho, tentar cumprir o seu papel. Vamos lembrar que nós estamos nessa instabilidade toda desde a 3ª Conferência, nem peguei lá o último ano, porque era Rose que conduziu, mas dentro da própria Conferência nós já vivíamos um momento de instabilidade, que foi desde Abril de 2016. A CNTE também é candidata. Sempre aprendi muito, desde o começo deste Conselho, já não sou a mesma pessoa de quando eu entrei, tenho 63 anos, tive que reaprender a ler as letrinhas, tentar entender as especificidades, principalmente na letra T, porque as outras, Gay e Lésbica tinha uma história mais dentro da minha própria vida, mais dentro da minha mocidade, da minha criação. Tive que reaprender todas as questões, mas para mim é muito gratificante ter participado do Conselho, ter chegado a Presidência desse Conselho e a CNTE vai continuar sendo candidata porque entende que ainda tem muito a dizer e agradecer as pessoas e lembrar que a Presidência e a Mesa Diretora que vão assumir, nós continuaremos com dois problemas sérios, um deles para mim é muito mais sério que é a questão de orçamento e se você não tem orçamento, não adianta vontade política, porque tudo fica muito concentrado, tudo tem

que ser menor, por boa vontade, enfim, uma série de questões que precisamos discutir e esperamos que realmente no dia 15 de setembro resolva-se esta questão estrutural do Governo, estou falando da estrutura, até porque as outras coisas eu sei que vai demorar, mas que se resolva o Ministério dos Direitos Humanos, se resolva enquanto estrutura, para que o novo Conselho que vai assumir, para que a nova Mesa Diretora que vai assumir, possa, minimamente, ter clareza de como é que ficou o Ministério dos Direitos Humanos e, mais especificamente, a nossa parte LGBT, porque senão fica difícil a gente trabalhar, assim, sem saber se vai continuar, se pode continuar, se vai ter jeito, se não vai ter jeito, mas penso que somos fortes e birrentos e briguentos o suficiente para continuar batendo e brigando e continuar querendo que os nossos direitos sejam de fato concretizados. Lembrar que estou Presidente até se eleger o novo presidente e a nova Mesa Diretora, não vou fugir, não tenho medo de briga e não tenho medo de nada, então estou a disposição e vamos continuar a luta porque tem muita coisa para brigar do que ficar aqui e fazer de nós mesmos inimigos. O nosso inimigo nós temos clareza de quem é, nós precisamos ter clareza do tamanho do monstro que temos que enfrentar, quero me referir primeiro ao legislativo deste país e depois os problemas que temos dentro do Ministério criado que não tem orçamento. Como é que temos um embate lá fora dentro de um legislativo que a cada dia quer dar mais uma facada como nós já recebemos um monte e a questão do orçamento do Ministério dos Direitos Humanos. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Serei bem breve. Foi super produtivo a sua passagem como Presidente desse Conselho. Como não poderia me furtar de dizer, eu acho que ficou bem nítido, tanto na fala de Liliane quanto na fala do Presidente Zezinho que a conjuntura política interferiu na dinâmica e no funcionamento mesmo, tanto do ponto de vista operacional quanto do ponto de vista político, nesse Conselho. A maior fragilidade que eu avalio que essa gestão possa ter tido não advém apenas dessa conjuntura política, eu acho que existem outros fatores, outros elementos que inclusive possibilitaram essa fragilidade. Uma delas é que a política LGBT nunca foi encarada como uma Política de Estado e que merecesse a atenção devida e necessária para mudar a vida das pessoas LGBT, esse é um dos fatores que contribuíram e que tem potencializado as sucessivas fragilidades que o Conselho Nacional LGBT tem. Acredito que outro elemento também, é que nos faltam, tanto em Conselheiros da Sociedade Civil quanto em Conselheiros de Governo, esse sentimento, tanto de pertencimento desse Conselho e também nos imbuir da ideia de que somos um Conselho de Estado e que nada do que nós fazemos aqui é pedindo um favor. Porque se nós somos um Conselho de Estado e estamos exercendo, inclusive, um papel de controle social, eu acho que nos falta encarar isso, talvez com mais esmero e diria, até, com maior esforço político, inclusive. Em alguns momentos isso faz com que percamos essa unidade inclusive nas ações, acho importante dizer isso. Nós precisamos, como o Zezinho falou, nossos inimigos e inimigas não estão aqui, nós temos até divergências do ponto de vista tático, de estratégias, de construção, do ponto de vista e até de sociedade, porque somos múltiplos, temos muitas visões sociais de mundo e muitas visões de sociedade e que isso fica refletido muito bem nas intervenções que as organizações fazem, mas também não posso deixar de dizer e de enaltecer o grande trabalho e o esforço de muitos Conselheiros e Conselheiras, porque nós, muitas vezes, fomos os responsáveis por sustentar esse espaço, tanto por nossa

forma aguerrida, tanto por termos depositado capital político e intelectual que nós trazemos para construir esse Conselho. Tanto as Câmaras Técnicas do Plano, da qual que sou membro e Presidente, da Câmara de Violências, Normas e Legislações teve de fato um grande esforço para sustentar, minimamente, dentro da estrutura mínima que nos é fornecido enquanto controle de Estado, para garantir não só a visibilidade, mas a incidência política do Conselho. Eu acho que o CFESS trouxe algumas contribuições para essa gestão, como por exemplo, o GT de comunicação, que é necessário já que muitas vezes nós estamos na reunião do Conselho e imbuídos de outras tarefas, como construção de notas e, às vezes, nos perdemos, como por exemplo, nós construímos uma nota sobre o caso Dandara, de São Paulo, e essa nota nunca foi lançada. Nós aprovamos o mérito de uma nota, por exemplo, que foi o que aconteceu com Jean Wyllys e que só hoje a Câmara Técnica vai relatar e só hoje o Pleno vai avaliar e sabe-se lá se amanhã nós vamos começar a circular essa nota que o caso aconteceu em 28 de Junho, eu acho que nós precisamos estar mais atentos e atentas a esses elementos, por isso eu acho super pertinente essa questão do GT de comunicação. Falando em comunicação, eu prezo muito o fato da transparência, eu acho que é fundamental e necessário. Eu acho que nós precisamos voltar a ter essas transmissões em tempo real das reuniões do Pleno, porque às vezes eu retorno lá para o meu grupo, para a minha rede de bases e por mais que a gente faça relatórios, o que nós não fazemos, devidos às atribuições, a correria, mas as pessoas cobram o que eu estou falando e fazendo aqui e sem contar que nós somos um seguimento populacional que se estima em 10%, só que eu acredito que seja muito mais e essas pessoas precisam saber quais debates nós estamos tendo aqui, o que estamos pretendendo, quais projetos de sociedade estamos trabalhando, inclusive uma maneira de agregar uma luta que não é só nossa, a final de contas, nós não estamos lutando só pelos meus direitos enquanto gays, enquanto travestis, enquanto trans, enquanto bissexual e enquanto lésbica. Nós estamos lutando por viver mesmo, por este segmento que muitos de nós fazemos parte e outros parceiros e parceiras fundamentais para isso. Fica esse sentimento de retorno dessa unidade para a próxima gestão, unidade política mesmo para a próxima gestão, para as próximas gestões mesmo, porque eu acho que esse é sentimento que deve permear todo e qualquer Conselho que luta por garantia dos Direitos Humanos. **Conselheiro Gil faz uso da palavra:** Eu também quero agradecer a minha participação enquanto Conselheiro Nacional LGBT, representando a Central de Movimentos Populares LGBT. Nós ainda não sabemos se vamos estar inscritos ou não no próximo edital e se seremos eleitos. Não sabemos ainda qual será o nome que vai representar a Central. Eu gostaria de deixar só um recado aqui para os próximos Conselheiros e Conselheiras e para também o pessoal do Governo que exista mais igualdade entre nós Conselheiros e Conselheiras dentro do Governo, mais respeito e que a gente não olhe um para o outro de lado como se nós fossemos inimigos. Se a CMP aprovar, pode ser eu que retorne se nós ganharmos a eleição, mas que nós tenhamos igualdade de gênero de fato aqui dentro, até porque nós estamos lutando não só aqui no Conselho, mas por todos os gêneros de todo o Brasil. Nós não nos respeitamos, nós não nos olhamos como pessoas lutadoras, guerreiras que lutam pelos Direitos Humanos LGBT de todo o Brasil. Nós nos olhamos enquanto inimigos e eu acho que poderíamos construir melhor se a gente se respeitasse e tivesse mais igualdade

de gênero dentro do Conselho, até porque nós percebemos muitas diferenças entre nós aqui. Tem gente que tem mais tempo de fala, outros que tem menos, têm aqueles que já recebem aquela fama de bullying e se nós falamos errado, somos chamados atenção, se falamos menos tempo, mesmo assim, somos chamados atenção, se estamos fazendo algum gesto, somos chamados atenção, então outras pessoas podem falar com outros o tempo que quer e ninguém fala nada. Então, eu acho que isso é uma diferença, uma discriminação, um certo bullying dentro desse Conselho. Que na próxima gestão haja mais respeito e dignidade entre nós. Houve questões aqui em que as pessoas levaram como bizarras quando nós falávamos de diárias, mas quando nós falávamos de diárias aqui, falávamos como um direito garantido aqui para os Conselhos, porque nós sabemos para que servem essas diárias. Se a pessoa tem emprego ou não, está desempregado ou não, são essas diárias que vão garantir a sua estadia para dormir enquanto você está aqui fazendo seu trabalho, seu controle social gratuito, porque aqui ninguém é funcionário público, a Sociedade Civil não é funcionário público, não tem salário mensal, mas temos o direito de receber aquela diária para pagar o seu hotel para dormir. O que aconteceu comigo foi que eu tive que dormir na rua de domingo para segunda por causa dessa diferença de gênero que acontece aqui. Motivo, as diárias não caíram na conta quando tinha que cair antes de domingo. Alguns Conselheiros aqui receberam na quinta-feira passada, se fossem todos os Conselheiros que receberam na Segunda às 10 horas da manhã igual a mim, eu comprei em dia, nós iríamos reivindicar todos juntos, mas não foram todos os Conselheiros, comigo aconteceu isso e ninguém tem a obrigação de ter o dinheiro no bolso pra vir pagar hotel sendo que você está desempregado, sendo que é uma obrigação do Governo a estar depositando para que possamos estar pagando as nossas estadias, que muitas vezes tiramos até do bolso quando recebemos, ainda para pagar táxi, que não é para isso as diárias, é para dormir, pagar alimentação e muito mais, então como é que fica, o pior de tudo isso é que fica impune. Ninguém defende nada, nós não nos defendemos, nós não nos respeitamos, o Governo nem liga e fica por isso mesmo, então é por isso todo o meu desabafo aqui, e que na próxima gestão nada disso aconteça novamente. Que não se repita a lesbofobia, a transfobia, a gayfobia e que o machismo também não exista aqui dentro. Depois disso, eu só tenho a agradecer a todos e todas pelo companheirismo de ambas as partes e vamos ver se voltamos na próxima gestão e vamos mudar o sistema que não está bom.

Conselheiro Lucas faz uso da palavra: Com relação a avaliação da gestão eu me senti bastante contemplado, mas eu só gostaria de complementar que a crise institucional agravou muito a amplitude do trabalho do Conselho, porque a gente foi pego no curso da Conferência Nacional que devia a ter um objetivo mais voltado para o monitoramento, concepção e efetivação das políticas públicas e nós acabamos tendo que gastar grande parte dessa energia para discutir políticas partidárias e isso enfraqueceu até as possibilidades de articulação entre o governo e as esferas de governo e isso foi bastante sentido. Acho que é importante reconhecer, que assim, eu acompanho desde 2013 até aqui, então já são cinco anos aqui e é muita coisa que eu vejo, que eu testemunhei as mudanças e vai acompanhando e vai vendo, e, infelizmente por falta de comunicação a gente não tem na imprensa e na repercussão das notícias o devido reconhecimento do trabalho desse Conselho, mas de exemplo, eu acabei de ficar

sabendo que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal foi provocada pelo Conselho Distrital dos Direitos Humanos para se manifestar sobre a Resolução do Conselho que disciplina o respeito a identidade de gênero dentro dos temas de privação da liberdade e isso é decorrência clara do trabalho desse Conselho. Uma Resolução de 2014 que vem sendo batalhada por sua efetivação por esse Conselho em grande parte. A Resolução 12 é outro exemplo que, em grande parte, que era um debate que quase não existia na sociedade até esse Conselho tomar coragem e determinar, via um órgão federal, que os estabelecimentos de ensino no país, público e privado, respeitassem a identidade de gênero das pessoas. Então, temos um trabalho que vem tendo um efeito bem concreto na vida das pessoas e não falando coletivamente, abstratamente, mas concretamente naquela pessoa que está na linha de frente, sofrendo e que hoje em dia tem como recorrer, vai ao Ministério Público, vai a Defensoria, vai à Advocacia e consegue buscar respaldo em trabalhos desse Conselho para a promoção e defesa de Direitos na linha de frente para garantir que vão ser respeitados nas escolas, para garantir que não vai entrar na prisão, que não vai ser tratada como homem, para garantir que vamos ter o mínimo de eficiência dos registros de segurança pública para poder conceber e executar as políticas que diminuam a violência que atingem a população LGBT. Então, esse Conselho tem um trabalho que é muito importante e é fundamental que ele só ganhe força, que seja fortalecido no governo nessa próxima gestão. Eu agradeço muito por todo esse tempo, foi muito aprendizado, eu acho que ganhei muitos amigos aqui, amigos mais recentes, uns mais antigos, mas todos pessoas que admiro muito, são pessoas que podem contar comigo a vida toda, com certeza, quando me buscarem vão ter um amigo. Institucionalmente, eu não tenho a menor dúvida que a OAB tem uma função que é legal e quem quer que esteja representando a OAB aqui ou em qualquer outro lugar vai estar comprometido com essa luta. Eu, pessoalmente, pedi para não estar mais indicado. Eu estou na Comissão Diversidade Sexual e de Gênero até o ano seguinte, mas pedi para não receber mais essa delegação porque eu quero poder me dedicar a projetos também políticos e de militância, mas mais ligadas ao Distrito Federal, a minha região. Então eu preciso estar um pouco mais desligado das demandas. Eu faço parte do INESC e outras organizações que precisam de mim e eu não tenho tido oportunidade de corresponder. Então, eu pedi essa colaboração da OAB para delegar outras pessoas que tomem esse papel, mas muito grato por tudo, vamos estar juntos em outras frentes. Certamente, nós vamos nos encontrar muito aqui. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** Gostaria, primeiramente, parabenizar a atuação do Zezinho no Conselho. Eu cheguei no finalzinho da gestão mas de certa forma nós vinhamos acompanhando as atividades que eram realizadas, participei da Conferência, então estive presente em algumas atividades que tinham também a contribuição do Conselho. Dizer que você conduziu de forma serena e equilibrada a sua função, o que eu acho de extrema importância para quem ocupa um cargo de gestor, eu falo isso não só na condição de achar, mas de ter estudado sobre gestão e por ter me formado em gestão e por ter sido anos gestora e eu me senti muito bem nas reuniões onde você tratava das questões mais difíceis de uma forma mais tranquila possível para que o diálogo continuasse, o debate continuasse e eu acho isso empoderador, dentro de um órgão dentro de uma entidade que tem uma atuação importante para a população. E, então

assim, desde já parabenizar pela forma e também agradecer porque a minha chegada deu a possibilidade de conhecer várias pessoas, principalmente na Câmara, da qual eu ainda estou participando. Encontrei pessoas que contribuíram e totalmente envolvidas com dentro dessa temática. Eu sei que aqui não se trata especificamente de uma avaliação do Conselho, mas também de auto avaliação, pois como membro do Conselho eu estou também avaliando meu papel dentro da instituição. Então, dizer que tiveram momentos de grande relevância da atuação eu pude estar presente e pude participar, como por exemplo, a gente pode citar a Reunião Itinerante que foi um momento muito importante, de grande produtividade para atuação do Conselho. Realmente, foi algo muito bem desenvolvido na sua gestão. A participação do Conselho na consulta do MERCOSUL, A forma das indicações, o processo como foi feito também revela um compromisso com a sociedade e com o pleno desenvolvimento naquela atuação na argentina. A atuação no *advocacy* foi outra atuação que foi muito positiva. Como eu, falei nesse processo de avaliação, nós estamos nos avaliando e nós temos uma memória, costumamos trazer muito do que é positivo e precisamos fazer um exercício do que precisa melhorar e ai eu vejo como é importante ampliar a atuação do Conselho junto as nossas entidades. Que seja realmente algo atrelado às entidades das quais participamos, assim como o próprio Conselho carregue também as nossas entidades, porque nós temos que viver essa simbiose. Essa relação entre nós que fazemos parte das entidades e o próprio Conselho. Creio que é importante a publicação das atividades que são realizadas dentro do Conselho, até para que as pessoas saibam o que está sendo feito e as pessoas não tem a sensibilidade de buscar o conhecimento e acham que ninguém está fazendo nada. Então, às vezes, a pessoa que acha o tempo todo que ninguém está fazendo nada, às vezes, ela mesmo que não está fazendo nada porque não tem a coragem de ir buscar as informações, então continua nesse piloto automático de dizer que nada muda porque ela não muda nada na vida dela, então nós temos que ter muito cuidado com essas questões. Manter a questão do *advocacy* eu acho fundamental. Desde já agradecer a vocês pela participação da ABEH no Conselho, nós não sabemos o que vai acontecer no Conselho a partir de amanhã, mas independentemente do que acontecer, nós sabemos que são pessoas comprometidas e que nós possamos somar e futuramente ouvir um olhar externo sobre a nossa atuação. Nós temos um olhar interno, mas é bom ver do olhar externo que a gente pode melhorar e às vezes é difícil ouvir as críticas, mas em um processo de avaliação, elas são necessárias para um processo de crescimento, avaliar é fundamental, não para a gente se defender, mas para a gente refletir sob o que podemos melhorar. Certo, só isso. **Coordenadora Katia faz uso da palavra:** Nós enfrentamos muitas adversidades. A primeira foi à mudança, a criação do Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humano sem plena consolidação das nossas conferências e isso repercutiu até hoje, porque esse orçamento que foi e que voltou, que saiu da Conferência, é o que temos hoje mais exprimido, mas isso não veio só da saída do Ministério da Justiça para cá, isso já veio com várias mudanças que a gente já teve e a sensação de estar no limbo de ser Secretária da Presidência da República no papel mas teoricamente não ser, também implicou em muita dificuldade aqui dentro, uma delas por exemplo tem a ver com as atas. Nós estamos há quase um ano sem transcrição da gravação e a Secretária Executiva e Coordenação do Conselho, ela não está parada, ela

não funciona somente quando o Conselho vai se reunir. Mas Conselheira Liliane, eu estou revendo as atas de desde 2015, não sei se elas foram aprovadas anterior a minha chegada, eu cheguei aqui, participei da reunião já da posse em Outubro, mas eu estou revendo todas elas porque são as primeiras que vão subir. Algumas já estão prontas, umas já passaram pelo Pleno, outras estão sendo transcritas. Agora chegou a Renata que vai me ajudar, eu não vou colocar prazo porque nunca sabemos o que vai acontecer, mas eu imagino que consiga até o final do ano chegar a Quadragésima Primeira Reunião à disposição de vocês, mas vocês também precisam me retornar. Precisamos subir duas, 38ª e a 39ª, essas duas já podem subir porque está esperando só a aprovação de vocês.

Conselheiro Felipe faz uso da palavra: A ARTGAY vem aqui agradecer, em nome do companheiro Leo Mendes, que foi um companheiro que, apesar das diferenças que eu tenho enquanto Rede, temos diferenças enormes de concepção, de postura, de encaminhamento, deu uma contribuição enorme nesse Conselho de Controle Social. A ARTGAY tem contribuído muito, com uma base sólida no movimento social no Brasil, acho que ele contribuiu e a ARTGAY se mantém firme na defesa e garantia dos Direitos da população gay nesse Conselho, dizer que foi um aprendizado. Eu faço coro com todas as vozes dos meus companheiros e companheiras que me antecederam. Acho que o Conselho tem limitações estruturais, acho que temos que fortalecer, as entidades que permanecerão com acento têm que ter isso como um norte de defesa, de fortalecimento desse espaço de controle social, como um instrumento de auxílio ao Executivo, apesar de ter um governo aí que sabemos as condições que chegaram ao poder, nós não legitimamos, mas também não temos só adversários, temos aliados dentro desse governo. Nós podemos sentir até em um aperto de mão quem é aliado e quem não é, estando provisoriamente no governo ou não, nossa diferença não pode nos distanciar. Temos muito mais o que nos aproxima do que o que nos distancia, acho que isso é uma premissa que cada um de nós, militantes, em garantir os direitos da população LGBT tem que ter como mente. Dizer que a ARTGAY está com uma direção nova e, obviamente, não sei se serei eu ou outro companheiro que vai estar aqui fazendo essa mesma defesa de fortalecimento da política, mas quem virá para esse Conselho, virá com essa mesma orientação de uma base que reclama os direitos que são violados, cotidianamente, isso não é coisa de outro mundo, nós não saímos mais como entramos, em qualquer espaço. Fica uma lição muito profunda, uma reflexão muito profunda de que não entramos mais nem como chegamos de manhã, cansados depois de uma noite com tarefas que levou para casa, a gente não volta mais o mesmo. Com essa mesma garra e determinação que nós podemos voltar para os nossos espaços, fazer reflexão, tem uma variação porque eu fiquei muito tempo com os outros Conselhos, mas eu ficava cobrando do Leo relatórios, porque a gente não tem essa transmissão online, em tempo real como tem o Conselho Nacional de Saúde, que é um espaço que eu tenho contribuído e lá tem outra estrutura, outra dimensão. Mesmo assim, nós ficamos cobrando essa devolutiva e, muitas vezes, é chato estar cobrando, porque votamos naquele companheiro ou companheira para construir uma pauta e chagar no outro dia, mesmo sendo voluntário, produzir um relatório, as vezes mandar um relatório, um áudio do que está acontecendo naquele momento em tempo real, isso é muito desgastante para quem está nesse espaço. Eu estou de acordocom a proposta de criar uma estrutura de

comunicação nesse Conselho, porque apesar do Ministério não ser tão caçula quanto o Ministro disse hoje mais cedo, mas como a pauta de Direitos Humanos nunca foi pauta para nenhum governo, não será nesse também, a gente tem que ter essa noção de que a disputa será muito mais acirrada do que anos que nos antecederam. Com muita tranquilidade, nós vamos lutar por estrutura, por orçamento, por condições de trabalho para dar a cada Conselheiro e a cada Conselheira formas de dar resposta à sua base, por que acho que esse é o nosso papel. O controle social deve ser feito com maturidade, desarmada as nossas convicções, as vezes ideológicas partidário para o político de base social, é isso que nos move, é o que deixa ativos na política, não da política partidária mas da política de garantia dos direitos e isso será uma tônica, sendo Felipe ou não, a ARTGAY vai vir com essa mesma disposição de que esse Conselho seja uma referência para os outros Conselhos na garantia dos direitos. Agradecer cada servidor dessa casa, do porteiro, da pessoa que serve o café, a água, que são tão fundamentais como qualquer gestor que está na pasta aqui representando o Governo, vocês tem o reconhecimento da ARTGAY, das entidades porque nada funciona isolado, somos um corpo, somos uma equipe, somos um time e assim que saem os direitos humanos. Para terminar enfatizando, pedindo desculpa as lésbicas, se em algum momento nós que somos frutos dessa cultura patriarcal e machista reproduzimos alguma atitude machista e LGBTfóbica, quer sim ou quer não, a gente acaba conduzindo até em um momento de disputa e eu entendo isso, faço esse registro aqui porque, às vezes, em algum momento algum companheiro que representa a ARTGAY, às vezes ele se excedeu sim, porque eu quero fazer aqui uma meia culpa porque representou a posição da ARTGAY, representou uma atitude, uma ação de um companheiro e saber separar o pessoal do institucional. Dizer que o ARTGAY não compactua, a nossa carta de missão, nós vamos defender sempre a equidade, a igualdade de gênero e da diversidade da orientação sexual. **Conselheira Tathiane faz uso da palavra:** Coloco-me em uma preocupação igualmente ao Conselheiro Lucas da OAB quanto a filiação partidária que toma frente em alguns momentos da racionalidade do objetivo do Conselho, que é primar pela nossa população, colocar primeiramente na frente a nossa população, isso eu queria incidir na sua fala. Vejo aqui momentos heroicos que esse Conselho provou o comprometimento dele, principalmente, me desculpem os Companheiros de Governo nesse momento, mas na hora do cenário confuso de configuração política, foi a Sociedade Civil que segurou para esse Conselho não sair desfarelado. Se em algum momento nos pressionaram a abandonar, nós pensamos primeiramente na população que precisa de um canal de diálogo direto e de pessoas comprometidas que façam isso e foi nesse processo que pessoas comprometidas decidiram continuar aqui e não fugir do enfrentamento. A maturidade na permanência dele com autonomia foi primordial para estarmos aqui hoje. Na Conferência, principalmente, no papel heroico de estarmos, muitas vezes, até como nos sentimos nas ruas, menos oportunizados do que outras populações, mas está no processo não fugir dele e banca-lo foi um ato heroico. A ausência de algum compromisso de alguns Ministérios na configuração é preocupante. Não podemos deixar de avaliar que tivemos o abandono de algumas pastas. Em algumas vezes tivemos Câmaras que tivemos que parar o trabalho, porque não tínhamos um representante do Governo na Câmara que eu presidi. Temos que primar por esse

compromisso, admitimos a configuração política, mais uma vez ingerindo muita das vezes nas trocas de nome e na descontinuidade de um compromisso da pessoa com a pauta, mas isso tem que ser visto porque muitos serão funcionários de carreira. Do mesmo jeito que temos que alimentar e comprometer com a nossa unidade de base, com os nossos suplentes. Tem que existir isso nos órgãos governamentais, independente da configuração de Governo que venha, tem que haver uma continuidade mais séria nessa condução dessa representação. A configuração confusa de Governo em bancar o Conselho em sua necessidade dele foi primordial para parar algumas ações como, por exemplo, o *advocacy* na Câmara, mais incisivo e outras ações de articulação com os Conselhos Estaduais e Locais para dar um braço de continuidade desse Conselho. Entender que fortalecer Conselhos estaduais será papel de um apoio mais incisivo na estrutura desse Conselho. Impedir que a gente pudesse se reformular em Conselhos onde esse lugar não existe e deixar que o desmonte, como é o caso preocupante de Goiás, que acabaram com o Conselho, no momento que uma travesti assumiu a Presidência do Conselho, o Governo vai e acaba com esse Conselho, mostrando que o conservadorismo está atuando e desoportunizando nossa pauta, em alguns lugares. Precisamos rever isso, fazer com que esse Conselho tenha força e autonomia para incidir na continuidade do braço dele, que são os Conselhos estaduais. A aprimoração com o diálogo que a população LGBT para não acontecer fatos preocupantes como campanha onde não há discussão, como ações que confusamente vem de um lado para o outro, muitas vezes vai ter que existir uma pressão maior e que esse Ministério dos Direitos Humanos vai ter que fazer cumprir o papel dele de articulação com as outras pastas. Que a gente tenha a serenidade de que é papel do Conselho comprometer esse Ministério independente do papel desse Governo legítimo ou ilegítimo, que é papel dele incidir na Educação; na desimportância da justiça nessa pauta; na tentativa de nos diminuir onde tanto fizemos conquistas; que foi na área da saúde; de que já foi aprovado nota e a tentativa de desmonte lá na saúde. Comprometer esse Ministério para isso é importante. Aprimorar o *advocacy* no Legislativo, tanto para conseguir avançar quanto para ter mais apoio para emendas. E que elas tenham o acompanhamento do Conselho, que a Coordenação puxe mais o Conselho a acompanhar isso, como no caso do LABI, que tivemos algumas dificuldades e como outras emendas que podem promover ações que venham fortalecer, tanto o Conselho quanto a política. Interlocação, nós estamos vendo mais uma vez interlocação entre os Estados e é preocupante porque centros de referência praticamente existindo só para dizer que existem. O *advocacy* precisa também do apoio do Governo e que a próxima gestão dessa Mesa Diretora comece a ver o papel de transformar esse Conselho em autônomo. Esse Conselho precisa, igual o Conselho de Saúde, igual ao Conselho de Assistência ter a mínima autonomia na sua gestão, no seu orçamento e isso só vai existir se houver vontade de dentro da própria pasta. Foi perverso perder tempo aqui brigando por passagem, por agenda de reunião ordinária, então só terá a mínima autonomia quando esse Conselho virar um projeto e ele for aprovado e ele for da estrutura e ele não depender dessa confusão que vive tendo esse Governo e em outros que já passaram. **Conselheiro Cássio faz uso da palavra:** Primeiramente, gostaria de parabenizar todas as entidades que conseguiram se habilitar, as que não conseguiram, desejo boa sorte porque haverá tempo. Se precisarem de ajuda,

contem com a nossa entidade. A avaliação que eu faço desse Pleno de dois anos é de que é a primeira vez que nós ocupamos uma cadeira nesse espaço. O crescimento da nossa Rede foi muito importante, inclusive sou coordenador hoje, sou atual coordenador nacional e a nossa participação se deu muito forte para o crescimento da própria entidade nas regiões Norte e Nordeste, onde nós estamos com as representações, em grande quantidade. Nós conseguimos, inclusive, estar de maneira direta na construção de dois Conselhos da Região Norte na cidade do Estado do Amazonas e do Amapá. Avaliamos que o próprio crescimento da Rede - éramos 23 entidades e agora estamos com 42 entidades filiadas a ARTGAY JOVEM – teve a influência do CNCD/LGBT. Hoje quando eu fui organizar a documentação da nossa entidade, eu que tive que cobrar as entidades filiadas, então eu sei como é cobrar a juventude. Agradeço muito o carinho e a atenção na Câmara Técnica de Violência, a paciência de trabalhar com a juventude e dizer que esse processo foi muito importante para a nossa Rede. Hoje, eu cobro a nossa direção executiva da ARTGAY JOVEM e os meninos estão muito bem capacitados, construindo nosso quarto encontro da Rede que vai ser agora em Novembro, em Alagoas. Habilitamos a nossa entidade. Provavelmente, serei eu a continuar e Emerson que vem de Caruaru, será meu suplente. Gostaria de parabenizar também o Conselheiro e Presidente Zezinho, dizer que em cada dia aprendemos um pouquinho mais com você, com o Washington, com a Luma, Marina, Katia, pela paciência de trazer principalmente e a mim, que sou do Amapá, que é muito mais complicado. Boa sorte aos conselheiros que vão disputar a eleição dentro da sua Rede, da sua entidade. Agradecer aos Conselheiros de Governo, a Adriana Figueiredo que não está aqui, mas foi uma grande Conselheira, acredito que foi a Conselheira de Governo que mais participou desse Pleno e Irina, da SPM que tem se destacado muito dentro da nossa Câmara e Jéssica que é da Saúde também aprendemos muito e as informações que vocês trazem do Ministério para esse Pleno é muito importante. **Conselheira Irina faz uso da palavra:** Já no adiantado da hora, eu gostaria de cumprimentar a todos e todas. Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar as mulheres lésbicas porque essa histórica discriminação é vista, muitas vezes, com assassinatos, agressões físicas, agressões verbais e nos faz refletir cada dia da nossa vida sobre uma questão que me pertence muito, que é “Tire seu respeito do armário”, esse é, para mim, o fundamento da questão. Agradecer todos os minutos que eu participei, da convivência que eu tive com vocês nesse Conselho, acho que o meu órgão acertou ao me indicar e digo isso com muito orgulho. Como vocês disseram, nós estamos vivendo momentos muito difíceis no país. Inicialmente, tivemos algumas situações conflituosas de ser Governo ou ser Sociedade Civil, mas acho que com o caminhar, foi decidido, acabamos nos reconhecendo e entendemos que estamos no mesmo barco, que há um propósito que era o propósito da construção de um país com muito mais humanidade. Eu agradeço a vocês por cada momento que eu passei aqui, não sei se continuarei porque a SPM também está em um processo de mudanças, com uma estrutura nova, com novas indicações, mas quero dizer para vocês, que independentemente de estar, ou não estar, eu quero estar em alguma cadeira aqui, que sejam essas aqui de trás, que seja pela SPM nessa aqui da frente para poder ter essa possibilidade de verbalizar todo o sentimento que eu tenho. Quero deixar dito para vocês, que saio daqui um ser humano muito melhor, com uma percepção de vida muito

mais acurada, com muito mais vontade de passar isso para as pessoas com as quais eu convivo e dizer que entendi de verdade o que é essa questão, o que é isso e o que isso me fez entender. Então eu quero agradecer a cada um de vocês, a Câmara de Violência, foi um aprendizado muito grande, Liliane, Tathiane, Cássio, Adriana que é uma pessoa que eu quero agradecer muito, que foi sensacional e dizer para vocês que podem contar comigo. Independentemente de estar no Conselho, vou lutar porque isso faz parte hoje da minha vida. Quero agradecer a todos, um bom dia para vocês. **Conselheira Irina faz uso da palavra:** Dentro da nossa programação, a Secretaria de Políticas para as Mulheres faria apresentação do que estamos implementando com relação ao enfrentamento a violência. E, como nós temos uma Secretária que cuida especificamente de Enfrentamento a Violência que é a nossa Secretária Nacional Silvia Rita, eu solicitei a presença dela. Quero apresentar aqui para o Conselho e ela tem toda a *expertise* nesse assunto. **A Secretária de Enfrentamento à Violência, Sra, Silvia Rita faz uso da palavra:** Começando rapidamente com os dados de violência porque a SPM pensou nisso lá trás, em 2013. Nós estamos em quinto lugar na taxa de assassinato de mulheres no mundo. Nós estamos perto de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa. O Brasil antes, em 2012, ocupava a sétima posição. Em 2013, nós tínhamos 13 mortes violentas de mulheres todos os dias e esse número só tem aumentado. Em relação à violência sexual no Brasil, estima-se que tenhamos 527 mil tentativas ou casos de estupro, e, apenas, 10% foram denunciados. Mais um motivo para a criação e da elaboração do pacto pela SPM. Eu sei que os números aqui são maiores, mas vou colocar o nosso aqui da SPM. Uma mulher estuprada a cada 11 minutos no Brasil, são dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública. O Ligue 180, que é um dos assuntos que eu vou tratar melhor aqui com vocês, registrou, em 2016, 140.350 denúncias. O 180 não serve só para relatos de violência, serve também para informação, orientação. Também foram registrados os seguintes dados: violência sexual 5,5%; violência física 50%. São dados muito altos para nós. 317 casos de tráfico de pessoas, porque em alguns momentos, quando a pessoa liga, às vezes, ela não consegue explicar para a atendente que é um caso de tráfico. Em relação vítima e agressor, nós tivemos 0,26%, em 2016, casos de relações homoafetivas registrados. A Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher foi construída a partir do Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW. Foram utilizados vários documentos que internacional e na nacional, que culminou no Pacto Nacional de enfrentamento a Violência; na Lei Maria da Penha; e no Programa Mulher Viver sem Violência que é uma teia que foi construída e que vocês estão construindo aqui também. O Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres é a estratégia, para articulação as ações nos Estados e Municípios. O Programa Mulher Viver sem Violência é uma estratégia específica que criou a Casa da Mulher Brasileira, os ônibus, as unidades móveis que temos nos estados. Nós 62 unidades móveis. E a diretriz da política são as ações de prevenção. O conceito que orienta a política “É toda ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico a uma mulher, tanto no âmbito público como no privado”. Considera-se violência doméstica que é a física, moral, sexual, patrimonial

ou psicológica e institucional também, o assédio sexual e moral, o tráfico de mulheres, o feminicídio e a violência obstétrica, que alguns falam que é uma violência institucional. A Política tem quatro (4) eixos: Prevenção, Combate, a assistência e a garantia de direito. A prevenção são as ações educativas e culturais e que trabalham a questão da desconstrução de padrões sexistas. O combate são as ações punitivas, que é a Lei Maria da Penha e, mais recentemente, a Lei do Feminicídio. Na assistência temos a rede de atendimento das mulheres em situação de violência e temos a capacitação dos agentes públicos. São capacitados sempre os agentes de segurança e de saúde na questão da violência contra a mulher. Não adianta ter uma boa Delegacia da Mulher se os nossos agentes de justiça não estão preparados para ajudar a mulher. O Pacto foi lançado em 2007, com ações de enfrentamento a violência prevista na política nacional. A ideia da política nacional e do pacto é descentralizar as ações federais para os Estados e Municípios. A nossa política nacional foi revisada em 2011, sendo a base para o Programa da Mulher Viver sem Violência. Marcos Normativos: Constituição Federal de 1988; Segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres: Lei da Maria da Penha; Lei de Notificação Compulsória de Violência Contra a Mulher; Convenção Interamericana de Belém do Pará; Convenção para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres; Convenção de Palermo, que trata do crime organizado e intranacional, que ia envolve também o tráfico de pessoas. O Objetivo do Pacto é enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma visão integral do fenômeno. Constata-se que a violência da mulher está não está só no âmbito privado; ela perpassa uma série de outras instituições, uma série de outros espaços de poder, de decisão, de vários outros espaços e não é só na casa, na residência onde ocorre a violência. Portanto, a ideia do pacto nacional foi reduzir o índice de violência contra as mulheres e promover uma mudança cultural na dimensão de atitudes igualitárias e valores éticos e também garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência, considerando todas as questões, as questões éticas, raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional. Agora vou contar os problemas, porque não é só coisa boa. A premissa do Pacto de Enfrentamento a Violência contra a mulher, é a transversalidade de gênero, que garante que a questão da violência perpassa todas as políticas setoriais. Por exemplo, quando eu vou fazer algum projeto tem que se pensar em um recorte de gênero. Atualmente, algumas Secretarias Estaduais viraram coordenadorias e algumas coordenadorias viraram diretorias. Semana passada saiu o nosso decreto, nós estamos vinculados a Secretaria de Governo da Presidência da República, mas deixamos de ser uma Secretaria Especial e agora somos uma Secretaria Nacional. Os eixos que nós usávamos no Pacto era a garantia da aplicação da Lei Maria da Penha; ampliação de fortalecimento da rede e serviço a mulheres em situação de violência, que seria a criação de mais CRAS, CREAS, Centros de Referência da Mulher; mais Casas da Mulher Brasileira; mais Casas Abrigo; aumentar, ampliar e fortalecer essa rede com a garantia da segurança cidadã e acesso à justiça. No nível Federal, temos uma Câmara Técnica Federal e ela é formada pelos Ministérios, alguns que tenham a ver com o nosso tema. São realizadas reuniões com os organismos de políticas para as mulheres estaduais, que são as Secretárias Estaduais de Mulheres, ou as Coordenadoras Estaduais de Mulheres. O

Conselho Nacional de Direitos a Mulheres acompanha as ações realizadas. Atualmente, a SPM está organizando o Serviço de Responsabilização do Agressor, estabelecendo parcerias com o Ministério Público, a Defensoria Pública e com o Conselho Nacional de Justiça. **Conselheiro Cássio faz uso da palavra:** Esses dados, apresentados aqui são muito importantes. Por diversas vezes nós já tentamos falar com a Secretária Fátima Pelaes, quando ela foi Deputada Federal por cinco mandatos pelo Amapá, para discutir a política LGBT. Sentimos muita dificuldade no Estado em tratar a pauta LGBT com a Deputada e hoje vendo você apresentar e essa boa vontade da Secretária e incluir dados LGBT, trazer isso para dentro da SPM, tratar isso nessa gestão da Secretária Fátima me deixa até surpreso de ver que o debate está fluido dentro da Secretaria. Gostaria de parabenizar você, a Irina que é da nossa Câmara Técnica de Violência e dizer que é isso que nós esperamos, que a política LBT dentro da Secretaria de Políticas para as Mulheres para que se consiga identificar esses dados de violência contra as mulheres lésbicas, mulheres trans, travestis e as bissexuais. **O Conselheiro Daniel faz uso da palavra:** Eu só precisava de um esclarecimento. Sílvia, você disse que o sistema não tem um preenchimento de identidade de gênero e de identificação sexual. Como é que vocês têm acesso as informações dessa população, como vocês sabem já que no sistema não consta? Outra pergunta, como vocês trabalham com o quesito raça cor no 180? Vocês qualificam os profissionais que atendem a população? **Conselheira Chopelly faz uso da palavra:** Eu gostaria que você trouxesse aqui para os Conselheiros como está sendo tratada a questão das transexualidade, da travestilidade. A transexualidade está entrando mais na SPM, a travestilidade ainda está um pouco, porque desde que tinha a outra Ministra ainda tinha essa de começar a trabalhar com as transexuais para depois trabalhar com as travestis. Sabemos que o Conselho da Mulher e as Políticas das Mulheres, temos que ir a gente tem que ir com cuidado, mas lembrando da frase da nossa querida Gabriela, quando ela dizia que as putas não precisavam da aprovação do Movimento Feministas para fazer política, as travestis e as transexuais, mas a gente entende que tem que andar em conjunto, porque eu sempre repito isso e vou repetir até o dia da minha morte o fato da travesti e da transexual ser assassinada nesse país é porque assume em uma sociedade machista um gênero feminino e o próprio assassino diz isso, que está matando porque ela tem seio, porque ela é mulher, porque ela quer ser mulher e aí está o retrato da Dandara que eu acho que nunca será esquecido, quando os meninos batiam nela e diziam que ela queria ser mulher e ter peito. Dentro desses mecanismos de violência das próprias casas das mulheres que estão existindo, como é que vocês estão trabalhando essa questão da travestilidade, da transexualidade e da violência com elas? **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Sílvia, eu sou da Câmara Técnica de Enfrentamento a Violência, para nós da câmara Técnica, essa pauta do Pacto é uma pauta muito cara. É algo que nós estamos nos dedicando, discutindo, pautando no Pleno, com a coordenação, enfim, é muito importante ouvirmos as apresentações e as experiências. Me chamou a atenção quando você falou da questão de que houve o interesse e uma postura da Casa Civil em bancar para que isso acontecesse. Sabemos que também essas questões, muitas vezes, ocorrem por causa de incidências internacionais e voltar a falar que nós temos algumas deliberações, algumas convenções no âmbito da OEA que servem como estratégias. Tem essas incidências até do âmbito

internacional para essas posturas acontecerem. Para a próxima gestão do Conselho e da Câmara, é importante pensar na construção do Pacto em articulações não pode ser só com o Ministério dos Direitos Humanos, precisa ter uma pactuação realmente com outros órgãos do Governo Federal que precisam ter esse compromisso. Me chamou atenção isso e quando você fala da construção estado por estado, de metas, de um plano de trabalho. Isso é algo que precisamos pensar e quando você traz que viveu em uma época que haviam recursos, isso é quase um ícone, porque hoje precisamos trabalhar e a primeira coisa é que não tem dinheiro e depois pensamos o que vai fazer, é na ordem inversa. Só referendar da importância de ouvir essas experiências para construção e sugerir, que a sua apresentação fique, assim como você já colocou à disposição também nesse processo de construção desse pacto que vai ser elaborado. **Secretária Silvia Rita faz uso da palavra:** Quando a gente chegou na SPM, realmente não tinha a Irina que é responsável por acompanhar a pauta, mas tinha muita pouca coisa nessa área. Diversidade lá não era muito tratada. Nós chegamos e não encontramos nada formatado e a Irina tem pego muito bem essa pauta dentro da Secretaria, na Articulação Institucional e das Ações Temáticas. Uma das ações temáticas é a diversidade, saúde, educação e diversidade. Foi uma das pautas que a secretária quis colocar, ela realmente abraçou essa pauta e colocou a Irina que assumiu e tem passado os dados, ela tem sempre levado para as nossas reuniões, os números de assassinato que a Chopelly sempre coloca no Conselho, ela leva para a Secretaria, ela entendeu a importância da temática, acho que precisamos conhecer para, então, abrir o espaço, para conhecer as coisas. Conselheiro Daniel, a questão da identidade sexual e da raça e cor, se não tem indicação porque que tem lá, porque às vezes quando a mulher liga, ela fala, nós não podemos perguntar, porque nós temos mais de 400 atendentes e nós capacitamos as atendentes em cada temática. Só que elas não perguntam isso, porque não está no campo específico para perguntar. Mas a pessoa que fala que é lésbica, a atendente vai e anota, mas não é a questão que a atendente pergunte, porque não tem um campo específico para isso, a gente não fez essa capacitação delas. Quando houver o novo sistema, elas vão ser capacitadas, assim como no feminicídio, da violência obstétrica, a gente faz essa capacitação, inclusive agora nós estamos com uma equipe da central 180 para rever as capacitações delas mesmo, são quatro pessoas que estão lá para ver isso. Só uma coisa, tem um problema no 180, nós não podemos divulgar o endereço, mas é em Brasília. Você perguntou da questão da raça cor, isso aí nós conseguimos identificar, tem um item mas é porque lá atrás foi definido isso. É um sistema customizado. Então, ele não é muito bom, é meio antigo, mas na próxima vamos colocar os outros dados que precisamos ou outros dados que vão precisar, vocês podem, inclusive, ajudar a gente nisso, algum outro dado que seja interessante para o Conselho, nós não decidimos nada sozinhos, nós vamos até o Conselho da Mulher e conversamos com o Conselho, é tudo conversado com o grupo, tanto com os representantes Civis quanto dos Ministérios. Chopelly, que já é conhecida nossa, falou da questão da transexualidade na SPM e de como é feito esse atendimento, a gestão disso nas casas da mulher brasileira. A lei Maria da Penha, que é a que nós seguimos, ela é feita para mulher, só que hoje já se tem um novo entendimento, já tem onze anos. Tem uma Resolução da OAB que diz que a Lei Maria da Penha pode atender outros grupos. E tem que se discutir estado por estado,

porque não adianta colocar um projeto de lei, colocar uma ordem, uma diretriz, não adianta que lá na ponta, ele não vai fazer se não entender que é importante. Então a nossa ideia é levar essa Resolução da OAB para discussão, porque a Casa da Mulher Brasileira, ela atende sim e encaminha, porque nós temos um espaço na casa da mulher brasileira que é um abrigo de 24 horas, não pode ficar mais do que 24 horas lá. Tem alguns locais, os Centro de Referência LGBT, que atendem essa população de mulheres trans, lésbicas e quando tem, nós encaminhamos, as Casas encaminham para lá, atendem, ninguém deixa de ser atendido não. Nós temos três Casas em funcionamento e outras quatro que vão ser entregues até o final do ano. Nós estamos inaugurando uma, nos próximos dias, em São Luís. A Liliane falou da questão da Casa Civil, o tanto que é importante vocês conseguirem esse apoio da Casa Civil. Sem a Casa Civil, não tem como implantar uma política dessas, um Pacto Nacional. Porque uma coisa é eu falar, vocês falarem, outra é a Casa Civil falar que querem que os Ministérios entrem, aí solta um decreto e acabou a história. Uma sugestão é tentar uma audiência com o Secretário da Casa Civil, ou quem está próximo a ele e ir tentando se aproximar. **Conselheiro José Angelo faz uso da palavra:** A Casa Civil está sempre aberta ao diálogo. Como você falou, partiria da Ministra, ela é quem faria esse convencimento por parte da Casa Civil. **Secretária Silvia Rita faz uso da palavra:** Eu concordo com você, foi isso que aconteceu com a SPM. Houve um convencimento, então acho que é isso. Chopelly, nós também damos parecer para projetos que estão tramitando no Legislativo e esse projeto que inclui na Maria da Penha as mulheres trans e nós já nos posicionamos favoravelmente, isso é uma forma da SPM se posicionar também, é levado para o parlamento a posição da SPM com relação a essas questões. **Conselheiro Cássio faz uso da palavra:** A Câmara Técnica de violência fez uma visita ao Disque 100 e lá a gente detectou algumas dificuldades que, como você falou, são por falta de capacitação. Esses atendentes do 180 não tem nenhuma capacitação para tratar das mulheres LGBT? **Secretária Silvia Rita faz uso da palavra:** A gente tem um programa que, de dois em dois meses, nós fazemos capacitações com os atendentes. Tanto é que minha equipe está lá agora adaptando as capacitações. Só que lembra que eu falei que nós tínhamos um outro enfoque de trabalho? A lei Maria da Penha era para mulher só, é para mulher, oficial é só para mulher, então a gente trabalhava nessa linha. Agora que nós estamos abrindo, houve uma sensibilização da Secretaria Fátima, houve uma sensibilização nossa com os técnicos, agora que nós estamos abrindo isso e como não temos categoria definida dentro do 180, nós não fizemos treinamento ainda para isso. Faremos assim que mudarmos o sistema. Nós encontramos juízes mais sensíveis e menos sensíveis, promotores mais sensíveis e promotores menos sensíveis, então vocês vão encontrar a mesma coisa que nós encontramos também. As dificuldades do preconceito, do sexismo, do machismo. Uma coisa que temos feito na Secretaria e trazer parceiros, juízes e promotores sensíveis. **Conselheiro Lucas faz uso da palavra:** Só para trazer uma informação, isso foi uma Nota Técnica, não é uma Resolução, é uma Nota Técnica da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero de 2014 e eu já passei para a Câmara Técnica de Legislação e Normas e, mais recentemente, no ano passado, teve uma decisão, creio que deve ter sido a primeira decisão judicial que abre um precedente muito importante que foi de um juiz do Acre provocado por um colega da Comissão da

Diversidade Sexual do Acre que deu a proteção, que deferiu a proteção baseado na Lei Maria da Penha para uma mulher transexual. Inclusive, foi uma das sentenças que venceu o prêmio dos Direitos Humanos do CNJ. **Coordenadora Marina faz uso da palavra:** Boa tarde a todas e todos. Antes de falar, rapidamente sobre o Pacto, eu queria dizer que enquanto hoje estou nesse lugar de coordenação estive há um tempo e tive uma experiência com esse Conselho, acho que nesse andar, nesses espaços, houve muita produção, mesmo com as dificuldades que se teve enquanto Conselho, mas deixar registrado aqui que nessa passagem pelo Conselho, nós também aprendemos muito e construímos. Só para lembra-los e lembra-las que hoje pela manhã eu entreguei e espalhei por ai uma folha com as ações que nós desenvolvemos nesse período de Julho e Agosto, que isso foi um pedido dessa gestão de que houvesse, pelo menos, um relatório breve das coisas que andamos fazendo por aqui, porque, às vezes, parece que a gente não faz nada, mas a gente sempre faz alguma coisa por aqui. Entre tantas coisas que temos discutido e pontuado, eu só queria colocar algumas coisas mais importantes que foram: a discussão que estamos tendo atualmente com o MEC e, talvez, depois a Patrícia pode contribuir sobre o PRONATEC LGBT; dizer que nós tivemos, além das duas contratações agora que foram feitas, oportunidade de discutir junto com a Coordenação de Educação e Direitos Humanos um curso em EAD, com módulo LGBT, que o Alexandre Bortolini é o consultor. Desde que sentamos nesse lugar, na verdade nem sentamos direito porque a gente não parou desde Dezembro diante de tantas proposta e coisas que vem acontecendo, mas todos os dias, sempre é um desafio estar nesse lugar, um lugar de resistência, um lugar que mantém a pauta e que, cada vez, anos tentamos avançar. Dizer que as últimas agendas, fora de Brasília, foram as próprias instituições que convidaram que forneceram os recursos. Também dizer que a RAADH, como eu havia falado, é um lugar onde começamos a discutir essa proposta, ainda pretendo no final conversar com o Presidente Zezinho, com as pessoas que ainda estão aqui para que o Conselho tem de contra proposta também para levar para a RAAD, que ela acontece em outubro então ainda temos um tempo para pensar essa proposta. Quanto a construção da ideia do Pacto, na semana passada os consultores foram contratados e estão começamos uma construção muito superficial, que depois eu vou deixá-los falar, dizer que dia 12 de Setembro agora a Secretária Flavia convocou todos os Secretários de Estado de Direitos Humanos para vir a Brasília em uma reunião. Essa convocação incluiu a pauta LGBT. Claro que não vamos conseguir, em um primeiro momento, dar conta dos municípios, a ideia é de construir um Pacto com a Secretaria dos Direitos Humanos, Ministério dos Direitos Humanos com as Secretarias de Estado. Lógico, depois nós começamos ampliar a ideia de trazer todos os outros autores. Lógico que nós vamos dialogar com esses autores antes, porque a ideia da construção o Pacto não é uma ideia como foi colocada aqui de cima para baixo, mas em um primeiro momento, ela tem que ter um esboço da estratégia na qual vamos começar a operar com essa ideia. No primeiro momento, quando nós trouxemos a proposta sobre o relatório em 2016, que eu estava já na gestão, foi colocado que, talvez, viessem só os dados do Governo, porque eram dados oficiais que, inclusive, esse Conselho disse que nós queremos os dados que esse Governo tem, que esse Governo vai ter que ter. Embora nós tenhamos a ideia de que os outros dados que o movimento, que as instituições coletam, que apareçam nesse

relatório. **O Consultor Marcos faz uso da palavra:** Boa tarde a todos e a todas. A proposta inicial é que o relatório seja composto com os dados base, partindo do Disque 100 e que possam entrar dados de outras esferas do Governo, como por exemplo o Ligue 180, a Ouvidoria do SUS, o SINAN e dados do Ministério do Desenvolvimento Social. O que nos esbarramos, hoje, como a Marina falou e foi colocado ontem na Câmara Técnica, é na possibilidade de entrar ou não com os dados hemerográficos que são os dados colocados a partir do que sai na imprensa. Essa é a principal demanda que eu trago para esse Conselho, para que possamos avançar, a partir dessa decisão quer seja tomada aqui. Uma das iniciativas também é que seja feito um trabalho qualitativo nas delegacias e nos centros especializados de atendimento à população LGBT para que se possa entender a dinâmica desses delitos. É uma maneira de suprir a carência dos dados quantitativos. Vamos estar fazendo um esforço de estar coletando dados qualitativos para entender a dinâmica e a vitimização do crime de LGBTfobia no Brasil no período de 2014 a 2016. **Consultora Camila faz uso da palavra:** Boa tarde, já me apresentei ontem para alguns de vocês, eu sou a consultora contratada pela Coordenação Geral de Políticas LGBT para construir, subsidiar uma proposta do Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência LGBTfóbica. Acho que com a apresentação da Silvia ficou mais evidente o desafio que é, nós já havíamos conversado sobre isso com a Marina, com o Eduardo, com o Marcos e com vocês do tamanho do desafio que é propor um Pacto de Nacional de Enfrentamento a Violência LGBTfóbica dentro de um contexto específico político, mas também em relação a recurso, porque não temos uma contra partida financeira nos moldes que outros pactos apresentam. Mas ainda assim, apesar dos desafios, nós pensamos em uma proposta. Eu vou fazer uma apresentação muito rápida, de uma proposta, a partir das proposições que o CNCD/LGBT já identificou, atuando na pauta. Inclusive, quando se olha as recomendações da última Conferência dos Direitos Humanos e das CLGBT, tem muita coisa proposta que nos faz pensar em muitas ações necessárias e imediatas para o enfrentamento das violências LGBTfóbicas. O Pacto Nacional de Enfrentamento a Violência é uma proposta do Governo para articular ações que visam o enfrentamento da violência perpetrada contra a população LGBT, para articular ações que visem a mudança de uma situação de violência.

A proposta do Pacto é ser um instrumento firmado entre Governo Federal, Governos Estaduais e Distrital por meio de um termo de adesão para elaboração de ações que atuem no enfrentamento da violência LGBTfóbica, de maneira integrada e considerando a necessidade de esforço político de cada entidade do Governo Federal para a mudança dessa situação. É claro que a gente ainda vai ter que pensar melhor nesse termo de adesão, como é que se daria esse termo de adesão. Tem alguns modelos que a própria Secretaria já tem, atuado, no caso do Pacto Nacional Universitário da Educação em Direitos Humanos. Os eixos do Pacto são: Promoção, Investigação e Reparação. As articulações para adesão ao Pacto, o que está proposto inclusive no termo de referência de consultoria do Pacto é que o produto é a proposta do pacto e os outros produtos são um documento, um relatório de viagens, de articulações nas cinco regiões do país para adesão ao pacto. A consultoria prevê essas reuniões para articulação nas cinco regiões e se essa proposta que a gente faça com as Secretarias Estaduais e Distritais ligadas a

pauta de promoção e defesa dos Direitos Humanos. Ocorrendo a reunião dia 12, já é uma oportunidade que teremos de amarrar algumas coisas, agenda, interlocutores, contato para que essas reuniões de articulações aconteçam. A Secretária Flavia conversou comigo e com a Marina e ela achou melhor que a gente não fechasse o Plano de ação, ou seja, que não demarquemos as ações que devem ser executadas pelos estados. Não vamos entregar uma proposta já definida, mas, ao mesmo tempo, vamos construir um modelo de plano de ações que vai orientar, nortear sua elaboração. Pois, trata-se de uma pauta complexa. Porém, é necessário sensibilizar para algumas questões, por exemplo, a investigação, as formas pelas quais boletins de ocorrência são registrados, como os crimes são tipificados. Também é necessário conhecer outras ações que, às vezes, os estados já implementam e que, às vezes, a gente não tem conhecimento por causa das ações desarticuladas. O monitoramento do Pacto é muito parecido com o que a Secretária Silvia apresentou. Claro que ela já está no processo de detalhamento de informações mais abrangentes do que essa proposta, mas a proposta é que tenhamos um acompanhamento e um monitoramento e que ele seja acompanhado pela área e em um outro desenho que eu vou mostrar aqui para vocês, já inclui o Conselho. Nesse monitoramento, no acompanhamento das ações e os Governos Estaduais e Distritais poderão designar servidores para compor o grupo de trabalho ou pode chamar de Câmara Técnica também, de comitê gestor. O Presidente faz uso da palavra: Quero lembrar aos Conselheiros e Conselheiras que são 16 horas e deixar bem nítido que nós vamos, independentemente do número de inscrições, acabar no tempo, porque muitos têm que viajar, nós ainda vamos aprovar todas as notas que temos que aprovar. Se não tiver tempo, vai do jeito que elas estão escritas. São notas que se esperarmos para outubro, praticamente, não tem sentido. Afora a Nota do CONANDA junto com o CNCD. Nós temos que fazer as observações, hoje, porque tem que voltar para o Plenário do CONANDA. **Conselheiro Frederico faz uso da palavra:** Manifestar a minha satisfação em ver essas duas pessoas aqui, contratadas, engajadas. A nossa primeira batalha no Departamento de Promoção, a partir de Agosto do ano passado, quando fui convidado, foi trazer a Marina. Depois de quatro meses na batalha, conseguimos compor a coordenação LGBT, mas sabendo da dificuldade da Marina de tocar esse trabalho sozinha e com as nossas restrições de equipe. Desde outubro do ano passado também, fazendo o termo de referência, tentando colocar o Projeto de Cooperação Internacional para rodar e ter, pelo menos, as pessoas contratadas, já é um salto, vamos ter as pessoas trabalhando nisso. Se eu não me engano, o nosso próximo passo é o pedido do dossiê. Sem dúvida, a partir do dia 15, a Marina assumindo a Diretoria LGBT vai continuar lutando para dar consecução a execução dessa proposta. Sabemos que diante das restrições que vivemos no momento, poderemos fazer essa discussão aqui e poder trazer pessoas qualificadas, para gerar produtos qualificados no âmbito da política pública LGBT. **Conselheiro Daniel faz uso da palavra:** Quero parabenizar a Coordenação por trazer a consultoria. É uma reivindicação da Câmara Técnica, mas também dos Movimento Sociais de pensar do Pacto de Enfrentamento a Violência LGBTfóbica, para além do debate federal, mas também para que chegue nos Estados e Municípios. A proposta inicial era que tivessem outros planos para explicar um pouco suas diretrizes, suas abordagens. Tivemos os das mulheres, o Juventude Viva

já explicou mais cedo, já justificou e o PNRH que é o Pacto Nacional de Enfrentamento a Redução de Homicídios, porque assim, eu acho que nós partimos do princípio que muitos planos já tiveram suas propostas de gestão, já fizeram o plano com a proposta ideal que parte de perspectivas para atuar nos Estados e Municípios. O Juventude Viva tem essa proposta, eu acho que depois seria bom, depois de se debruçar os eixos e um deles é a desconstrução do racismo, porque o Juventude Viva tem um foco na redução da vulnerabilidade juvenil, da juventude negra, então seria um plano interessante para depois você dar uma analisada, até para você saber que o plano por si só ele foi eficaz porque tinha participação dos Movimentos Sociais envolvidos. Tinha uma Rede de Articulação Nacional da Juventude Negra, então acho que é uma proposta que você deveria conhecer. Eu acho que precisamos ter essas outras referências e também tem essa questão de como nós. É uma outra perspectiva, eu não sei qual a proposta do Pacto, porque está muito embrionário, pode ser uma Portaria, não sei, mas a gente precisava ter um documento que formalizasse essa relação e que fosse um documento que realmente seja robusto, que fosse um marco institucional, que fortalecesse os Movimentos Sociais com toda essa cobrança com o Estado. Então fica a dica, depois a gente vê esse Juventude Viva, que foi encaminhado que será na primeira reunião de Outubro o Juventude Viva e o PNRH. **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Ontem nós já tivemos, na nossa Câmara, a oportunidade de dialogar um pouco com relação ao relatório e ao Pacto e sem dúvida Fred, é um passo importante que está sendo dado e na perspectiva que está sendo de continuidade desse trabalho, que até a Câmara Técnica fez algumas recomendações para a gente deixar para a aproxima gestão da Câmara Técnica de Combate à Violência e dentre elas com relação, especificamente, ao Pacto e aos relatórios, pensamos que é importante a Câmara Técnica acompanhar, periodicamente, esses produtos por meio de apresentações prévias, na perspectiva de construção de orientação dos rumos e diretrizes do que será publicado. Sabemos que a Câmara Técnica não tem atribuição de publicação e não é no sentido de interferir no trabalho, mas é no sentido de construção conjunta mesmo. A Marina cita uma questão importante com relação aos dados. O relatório de violência, entre as informações só estatais e as informações que os Movimentos Sociais estão colhendo. Com relação a isso, eu penso que quando fazíamos a cobrança por esse relatório e até por ter consultoria e tudo mais, cobrávamos porque os únicos dados que nós tínhamos eram esses dados das entidades, agora por outro lado, nós temos a dificuldade concreta de que nós não temos esses dados concretos e sólidos por parte de bases de fontes de dados, de fontes sólidas governamentais. Então ao mesmo tempo, é complexo não considerarmos o que vem sendo produzido, isso não é nem uma posição formada, do ponto de vista da Câmara. Entendemos que é importante sim considerar essas outras fontes de dados, considerando as possíveis limitações que tenham em relação a determinados recortes, porque fazem recortes diferenciados. Considerar esses dados acaba tendo sua relevância, porque será um produto de um órgão público que vai estar aí considerando esses outros elementos, não vai estar dizendo que esses elementos são fidedignos, mas vai estar considerando essa outra forma de produção. Então acho que precisamos pensar em relação a isso. De maneira mais geral, como o Zezinho disse, estamos com o tempo mais escasso, mas ontem nós também tivemos a oportunidade de fazer uma chuva de

ideias. Depois, nós vamos fazer a relatoria da Câmara, que também fique a disposição até para que as pessoas possam deliberar no Pleno. Mas colocamos muitas sugestões, dentre elas que nós da Câmara possamos acompanhar a evolução do Pacto, não só periodicamente, mas do produto, como de orçamento que tem para essas consultorias, enfim, que a princípio deve considerar as produções que temos construído aqui porque isso é muito importante. Depois, para quem tiver interesse, vai constar na relatoria da Câmara Técnica de Combate à Violência todas essas sugestões que foram colocadas, com relação ao relatório e ao Pacto. **O Presidente faz uso da palavra:** Eu acho que tem duas coisas importantes aqui para nós finalmente. Primeiro, de você ter consultorias para trabalhar, para fazer isso, pensar nesse documento, que os estados se comprometam. Muito interessante a apresentação da SPM. Claro que com muito mais anos luz de bagagem, até porque elas têm uma legislação, e nós não temos. Eu já estou aqui torcendo que dê certo a questão do convencimento dos estados nessa reunião do dia 12/09, tomara que venham vários Secretários de Estado e que vocês possam realmente ter uma posição dos que vierem e depois os que não vierem, poderem ir atrás. Preparar toda uma perspectiva é um passo importante para que comecemos, realmente, a construir esse Pacto. Com respeito aos dados, acho que a gente pode entrar em um acordo: usar somente esses dados, não nos interessa. Agora, é preciso os dados do Governo: temos o 180, temos o 100, vários outros Ministérios tem a sua forma de colher esses dados. Não podemos também desprezar os dados, principalmente, de duas redes que tem feito um bom trabalho, temos a REDE TRANS que já tem mais tempo e a ANTRA que está começando a fazer agora. Não dá para não utilizá-los. Mas precisamos que o Governo apresente seus dados, assim como essas entidades também. Acho que aí sim você faz um casamento perfeito. Os dados do Governo e ele é obrigado, por ele já ter o instrumento, e o que as entidades tem, então dá perfeitamente para vocês pensarem nessas duas coisas. **Coordenadora Marina faz uso da palavra:** Só para complementar que eu lembrei, agora, uma fala da Secretária. No dia 12, ela vai cobrar o Estados Brasileiros em relação as políticas LGBT, porque em muitos Estados, nós estamos vendo, temos tido retrocessos, não só nos municípios, mas também nos Estados. Como disse a própria companheira aqui da SPM de coordenação LGBT virou uma assessoria ou acabou a política, nós temos tido esse enfrentamento também. Vamos ter que fazer um convencimento desses Secretários de Estado, mostrando a importância dessa pauta e também da violência, que é o foco que nos atinge diretamente. **O Presidente faz uso da palavra:** Vamos passar agora para o relato das Câmaras Técnicas e conforme a gente tinha combinado, começaríamos com a Câmara Técnica de Violência e, se fosse possível, começaríamos pela nota do CONANDA e do CNCD, até porque tem uma Companheira do CONANDA que está aqui, que foi convidada, está ali com o Daniel e a Liliane. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Presidente, só por uma questão de ordem, pela questão própria do horário. Queria que a Mesa, além de fazer a organização das falas, também fizesse uma organização do horário. Temos três relatos, das três Câmaras, aprovamos que o Pleno terminaria as 17:30. Então, que nós organizássemos esse tempo porque temos uma hora, para que todos e todas possam falar dentro desse tempo, porque como você mesmo falou, algumas pessoas vão estar viajando, temos notas para serem aprovadas, outras pessoas têm outras agendas, depois

das 17:30 e não dá para passarmos desse horário e aprovarmos coisas depois de alguns Conselheiros terem ido embora, então a gente organiza em 2 ou 3 minutos e aí nós organizamos esse tempo, pode ser? **O Presidente faz uso da palavra:** Acho legal e é claro, nós não vamos passar, vamos aprovar dentro da Pauta. Às 17:30, conseguimos, conseguimos, não conseguimos, vai do jeito que está, não vamos ficar aprovando coisa fora do horário de término, você está correto, obrigado. A propositura é que a Câmara Técnica ao ler, já fizessem as proposições. Não foi assim que vocês trabalharam? Então continuem. **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Primeiro, quero agradecer a presença do CONANDA aqui para discutirmos essa grande pauta. Já havíamos aprovado no último Pleno o Mérito, porque é muito importante a construção dessa nota com relação a LGBTfobia e a questão da infância e da adolescência. Pensamos o seguinte, na nossa Câmara Técnica ontem de Combate à Violência. Nós lemos o material. Só que como a Câmara não tem uma atribuição deliberativa, nós não poderíamos deliberar se a nota pode ser aprovada ou não. Então, a sugestão de encaminhamento da Câmara é a de que temos algumas sugestões, mas se o Pleno entender que a nota pode ser aprovada da forma como está, a nota já seria aprovada hoje. A deliberação não compete a Câmara Técnica de Violência. A partir daí a gente pode fazer a leitura e depois da leitura, colocaremos quais foram as sugestões que a Câmara fez e colocaremos depois para Pleno deliberar, tudo bem? **Conselheiro Daniel faz uso da palavra:** Eu queria agradecer a CPP do CONANDA, porque a Comissão Permanente de Políticas Públicas convidou o Conselho LGBT e eu fui indicado para estar nessa reunião, nós colocamos várias demandas para a população LGBT com foco na criança e no adolescente e uma das demandas que surgiu foi a Nota Pública puxada por uma conselheira do CONANDA e a ideia da Nota Pública é uma ideia em conjunto. O CONANDA fez uma minuta, apresentou para os seus membros e agora está em um momento nosso se a gente aprova ou não a Nota Pública conforme dito por Liliane. Então vou ler a Nota Pública e a gente vê aqui. **(Leitura da Nota Pública).** **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Pensamos em algumas questões relacionadas a atualização de dados, alinhamento de termos, porque como é um Conselho específico relacionado a pauta LGBT acaba que nós temos mais informações e propriedades com relação a essa pauta. Alguns “considerandos” que não tem fontes de dados e achamos que seria possível inserir dados dos CREAS, incluindo o recorte geracional. Também sugerimos que quando é citada a questão familiar, pode-se acrescentar a questão da convivência comunitária, porque é a forma como a política é definida. Colocamos, então, estas sugestões para a apreciação do Pleno. Se este Pleno entender que se deve fazer essas complementações, a Câmara Técnica até se responsabiliza por fazê-las. Lembrando que, caso elas sejam aprovadas, precisaremos aguardar o Pleno do CONANDA para apreciar e aprovar as alterações. E, também o nosso próximo Pleno porque as nossas deliberações só podem ser feitas em Pleno. **O Presidente faz uso da palavra:** Se nós fizermos as alterações propostas e o Pleno do CONANDA, nos dias 13 e 14 de setembro, acatar não precisa, necessariamente, voltar para a aprovação do Pleno do CNCD/LGBT. **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Se for aprovado, a Câmara Técnica se responsabilizou por fazer essas sugestões. O Presidente faz uso da palavra: Primeiro agradecer a construção da Nota Pública. A primeira construção que vocês

fizeram, o Daniel esteve presente nesta construção, representando o CNCD/LGBT. O Pleno aprova a necessidade de se fazer essas observações. Enviaremos para a Secretaria Executiva do CONANDA. Se não houver problemas no Pleno do CONANDA a Nota já pode ser publicada, porque da nossa parte, já estaria correto. **Sra. Juliana Maria Fernandes Pereira, representante do Ministério do Desenvolvimento Social no CONANDA faz uso da palavra:** Eu queria agradecer muito essa parceria, em nome do CONANDA. É uma Nota, mas é um símbolo muito importante para o CONANDA não só pela parceria com esse Conselho, mas, pela primeira vez, o CONANDA vai ter algo tratando desta temática com relação à criança e adolescência. Eu gostaria muito de agradecer a vocês, a presença do Conselheiro Daniel, no momento em que a Comissão Permanente de Políticas Públicas (CPP) discutiu esse tema conosco. Queria registrar que contamos com a ajuda da Conselheira Iolete, representante do Conselho Federal de Psicologia na construção da Nota. Contamos, também, com a colaboração do José Felipe da ARTGAY que é Conselheiro também do CONANDA. Contamos também com a contribuição da Sara Magalhães que representa, no CONANDA, a REDE TRANS e também com o Conselheiro Leo Mendes do Movimento Nacional dos Direitos Humanos. Aguardaremos o envio das contribuições de vocês para que a Nota possa refletir de fato o olhar dos dois Conselhos. **O Conselheiro Suplente Felipe faz uso da palavra:** A partir dessa provocação da REDE TRANS e da ARTGAY, o CONANDA desencadeou a primeira Reunião Técnica para discutir essa temática de violação e foi criado um GT sobre letalidade e o seguimento LGBTI vai ser pautado, especificamente, dentro do CONANDA, já partir desse próximo calendário. **O Presidente faz uso da palavra:** Podemos trabalhar da seguinte forma: Hoje é dia vinte e nove (29). Precisamos avaliar se a Câmara Técnica consegue enviar até segunda-feira, dia quatro (04), com a sua contribuição, para que a Katia envie para todos os Conselheiros Governamentais e não Governamentais, com o prazo de até quarta-feira, dia seis (06), para que chegue à Verena, para que o Pleno do CONANDA possa deliberar. Não, nós vamos aprovar essa questão aqui com esses encaminhamentos. A Câmara Técnica vai mandar com o que Afora a esta Nota, temos, também as notas que já tiveram seus méritos aprovados, no último Pleno e precisamos aprovar a redação. Uma delas é a Nota de Apoio ao Deputado Jean Wyllys que foi agredido, no dia 28 de Junho, pelo Deputado Sérgio Moraes, no momento em que estávamos na Câmara, fazendo *advocacy*. E, a outra é sobre Portaria do Ministério da Saúde sobre o processo transexualizador. Nós vamos ler todas as Notas da Câmara Técnica. Também vamos ler as da Câmara Técnica de Legislação e Normas. Vamos ler e aprovarmos em bloco as Notas. **A Conselheira Liliane faz a leitura da Nota relacionada ao Ministério da Saúde. Conselheiro José Angelo faz uso da palavra:** Pode substituir repudiar, porque se trata de uma Portaria Governamental e, eu, como membro do Governo, não seria ético se eu me manifestasse a favor disso. Ou mudamos a palavra, o verbo repudiar ou eu gostaria de registrar a minha abstenção em ata. **Conselheira Jéssica faz uso da palavra:** Faça minhas as palavras do Conselheiro Fábio. Eu represento o Ministério da Saúde, neste Conselho. Tradicionalmente quando tem nota envolvendo algum órgão governamental os membros do governo têm que se abster. A nota é aprovada, mas com abstenção do governo. É a lógica porque a gente não tem possibilidade de votar contra o

Governo. **O Presidente faz uso da palavra:** O entendimento é que tem duas abstenções e, assim, a Nota está aprovada. **O Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Todos os membros do Governo seguem a mesma linha, então a nota está aprovada com abstenção do Governo. Podemos passar para a próxima. **O Conselheiro Eliseu faz uso da palavra:** Eu acho que vocês podem perguntar para nós do Governo, quem se abstém ou não, porque também não é assim, nós estamos em minoria, mas não é assim. Vou acatar, mas tem que constar em ata quem se abstém ou vota contra. (Leitura da segunda nota). **O Presidente faz uso da palavra:** Precisa de votação? **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Eu acho que não precisa, eu acho que é unânime. Alguém tem alguma objeção? **Conselheiro Eliseu faz uso da palavra:** Eu tenho. Eu acho que não tem sentido colocar o partido, não foi o partido, vai criar a ideia errada de que o partido está fazendo isso e não é o partido, é a pessoa, de repente essa pessoa muda de partido, não é nem mais do partido e a nota fica. A pessoa fica, mas partido é uma coisa provisória, a pessoa pode até mudar. O partido tem responsabilidade sim, cada partido tem um comitê de ética, qualquer deputado pode ser reprimido pelo comitê de ética, pelo setorial se esse partido tiver um setorial, isso se chama responsabilidade do partido, se não o parlamentar fica completamente a solta. A única pessoa que pode realmente reprimir um parlamentar é o seu partido. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Então, vou colocar em votação. Regime de votação, é bom que a entidade diga o nome e como vota. Basta levantar os prisma. Quem concorda em expressar os partidos, por favor, levantem o prisma. Então, por contraste visual, vamos incluir os partidos dos envolvidos. Então a nota aprovada. Lembrando que quem tiver alteração gramatical passar para a Secretaria Executiva do Conselho. Próxima nota. **O Presidente faz uso da palavra:** Por favor, Conselheira Liliane, envie as notas para a Secretaria Executiva. **O Conselheiro Washington faz uso da palavra:** A próxima nota é sobre o Dia da Visibilidade Lésbica. (Leitura da nota). **O Presidente faz uso da palavra:** Conselheiros e Conselheiras, quem aprova, por favor, erga as duas mãos, por favor. Agora, as notas da Câmara Técnica de Normas e Legislação. **Conselheiro Eliseu faz uso da palavra:** Uma questão de ordem. Os Conselheiros do Governo estão pedindo cinco minutos de intervalo para conversar. **O Presidente faz uso da palavra:** A sugestão é que a gente suspendesse cinco minutos para vocês conversarem? Certo, vão lá. **O Presidente retoma a Plenária:** Podemos retornar Conselheiro Fábio? **Conselheiro Fábio faz uso da palavra:** Nós temos uma questão de ordem. O Governo está discutindo que essa situação de já ter se feito a análise de mérito e depois trazer aqui só a discussão do texto traz uma conotação totalmente equivocada. Uma coisa é o mérito, outra é uma única palavra, o repúdio pode mudar completamente o contexto. Nós vamos aceitar dessa vez, mas vamos pedir, em nome do Governo que daqui para frente seja feito o texto primeiro e depois a discussão de mérito, para que isso não volte a acontecer. E, voltamos a fazer o pedido para que seja enviado antes o texto para que possamos analisar; para que possamos discutir dentro dos nossos Ministérios para depois nos posicionemos. Um ou dois dias antes, porque queremos fazer os destaques, discutir uma palavra. Queremos, pelo menos, ter a possibilidade de dialogar com vocês até para que isso funcione de uma maneira mais coletiva, mais orgânica e não uma disputa simplesmente de contar a garrafinha, não é o que gostaríamos. **Conselheiro**

Eliseu faz uso da palavra: Toda e qualquer nota que seja feita por esse Conselho, tem que ser feita pelas duas partes, não existe nenhuma nota nem feita pela Sociedade Civil, nem pelo Governo. Falamos por um Conselho. Toda e qualquer nota que for construída nesse Conselho, precisamos participar. **O Presidente faz uso da palavra:** De nossa parte, nós entendemos. Não estamos dizendo que vocês não têm razão, a construção é coletiva mesmo. É que dessa vez aconteceu que no último Pleno nós aprovamos uma série de notas que não dava tempo de construir, vocês se lembram disso. Só a Câmara Técnica tem quatro ou cinco que foi aprovada em seu mérito, mas não tinha o tempo hábil de construir. Acho que erramos enquanto Conselho como um todo e acho que podemos, a partir daqui, dizer que quando acontecer isso nas próximas reuniões do Pleno, se não houver tempo de construir o texto, aprovaremos, mas enviaremos, com antecedência e, com prazo de retorno, para a Secretaria Executiva para ela poder enviar para todo mundo. Para o próximo Pleno, poderemos fazer assim. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Eu só quero deixar nítido, mais uma vez, que quando se aprova o mérito, é se essa moção é de louvor, de aplausos, é de repúdio. E, se todas as Conselheiras observarem a ata que a Secretaria Executiva nos enviou, está lá bem nítido que essas moções foram aprovadas em louvor, em repúdio, em aplausos, e a construção da redação é o que vem para o Pleno para que seja aprovada, ou não, a redação. O mérito é justamente esse, se é louvor, se é aplausos. Nós estamos aqui correndo e se aprovássemos uma nota de louvor ao Governo Federal, não teríamos tempo de construir aqui. Então, nós estabelecemos uma comissão para fazer isso. É importante também que as Conselheiras e Conselheiros de Governo possam somar-se as Conselheiras e Conselheiros da Sociedade Civil que se debruçam nas construções dessas notas. Eu acho que fica um chamado para construirmos de maneira mais coletiva e orgânica para evitar possíveis desdobramentos de maneira que seja agradável para ambas as partes. **Conselheira Patrícia Mollo faz uso da palavra:** Peço desculpas tomar o tempo porque eu sei que tem várias outras pautas para o final da nossa tarde, mas é importante sim a fala que nós temos aqui e lembrar ao Conselheiro da Sociedade Civil de que é preciso ser companheiro, ser coletivo, hoje mais do que antes. Vivemos uma situação global de retrocesso nos Direitos Humanos, reconhecermos os Conselheiros Governamentais e o Esforço da Secretaria Executiva desse Conselho de compor uma mediação. Os servidores que estão aqui representando são servidores que trabalham pela pauta, isso é o que une; o que coloca em comum todos os Conselheiros desse Conselho. Compreendo que houve de fato algum contratempo no Plenário anterior, o meu sentimento é que uma nota do Ministério da Educação não concorda com aquela primeira nota, eu falo aqui como governo. É uma vitória e parece ser uma vitória nesse momento Conselheiro, mas ela não é uma vitória pensando na pauta e em como ela deve avançar. Os Conselheiros que estão aqui são pela pauta LGBT, e falo por mim que tenho mais de dez anos de serviço público federal e eu quero permanecer nesse Conselho contribuindo. Então, vamos fazer um esforço para que haja uma mediação, uma construção participativa, porque a metodologia de Educação e Direitos Humanos é uma construção participativa, dando um apoio para a Secretaria Executiva do Conselho que precisa ser fortalecida e é responsabilidade de cada Conselheiro aqui da Sociedade Civil e do governo fortalecer um Conselho que tem uma história admirável.

Conselheira Luma faz uso da palavra: Sou a presidenta da Câmara Técnica de Normas e Legislação e a frente da Câmara a qual eu represento. Nós temos cinco notas para apresentar e lógico que com textos bem objetivos na sua maioria e a gente quer passar para aprovação de todos vocês. Convido o Eliseu que vai apresentar as três primeiras notas e que vocês possam apreciar. Então está exposta e o colega vai ler e aí que vocês possam acompanhar. **(Leitura da Nota).** **O Presidente faz uso da palavra:** Feito a leitura, algum Conselheiro tem alguma manifestação? **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Quando nós aprovamos o mérito na reunião anterior, nós deixamos nítido que o nosso Conselho já tinha emitido uma carta solicitando ao, então, Ministro da Cultura que retornasse as atividades do Comitê de Cultura. E, nesse sentido não é só apoio a retomada, mas é também é para deixar nítido, nessa nota, que essa foi uma ação conjunta do CNCD/LGBT. E, nós fizemos isso a uns quatro ou cinco meses atrás. **O Presidente faz uso da palavra:** Lembrando que, inclusive, nós fizemos um ofício e o Ministro, de última hora, não nos atendeu porque tinha uma audiência marcada. E, depois, na próxima reunião, que o Conselheiro Eliseu informou que o Comitê estava sendo reativado. Então, é nesse sentido que o Washington quer dizer, que conste nessa nota o esforço do Conselho para que esse Comitê fosse reativado. **Conselheiro Eliseu faz uso da palavra:** Leio os outros enquanto o Companheiro faz a alteração. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** É bom que as pessoas que forem intervir já tenham uma proposta. **O Presidente faz uso da palavra:** Eu só quero lembrar que o tratamento para as notas é o mesmo. Vão ser lidas no Pleno. A Versão que for lida e aprovada com alterações será enviada para a Katia que irá receber as contribuições. As redações com as inserções das contribuições serão reenviadas para o CNCD/LGBT, com data de entrega para a Katia e prazo de retorno para o CNCD/LGBT. Até Segunda para mandar as propostas de alteração para a Katia. Lembro também que foi levantado pelo Conselheiro Fábio a necessidade de cumprimos o teto de término da reunião (17hs30min). E, já atingimos esse teto. Pergunto ao Pleno: vamos continuar lendo essas notas que faltam? Ou vamos parar aqui e deixar as demais para o outro Pleno? É que Fábio pediu para que se respeitasse a decisão de 17:30 e é isso que eu estou colocando, ficamos aqui mais uns 10, 15 minutos? Que só se leia as notas e a discussão continue por e-mail. Leia de forma corrida que conseguimos até as 18 horas. Votação: Uma vez aprovado esse encaminhamento, vamos terminar de ler, por favor. **Procede-se a leitura da segunda nota da Câmara Técnica de Legislação e Normas.** **O Presidente faz uso da palavra:** Não tem nem o que discutir porque o Roberto Freire não é nem mais o Ministro, vai mandar para a Katia e vai ter a atualização clara e concreta. Só uma questão de esclarecimento, o edital já saiu? **Conselheiro Eliseu faz uso da palavra:** O edital ainda vai sair. Ficamos dois meses sem Ministro. O dinheiro que estava empenhado, saiu do empenho e está, neste momento, sendo empenhado, novamente. Quanto ao Comitê Técnico, já foi assinada a portaria e já saiu no diário oficial e naquela época. Só falta o empenho de retirar as passagens e eles se reunirem. E, esse Edital está encerrando a cultura popular. Assim que encerrar, começa o novo, porque a Secretaria é a mesma, fazendo dois editais. Eu sei que são 300 prêmios, que os valores dos prêmios são de 10 mil reais. São prêmios pequenos. Reinicia-se a leitura de mais uma nota. **O Presidente faz uso da palavra:** Alguma coisa contra? Alguém tem alguma questão?

Aprovada. Procede-se a leitura de mais uma nota. Conselheira Patrícia faz uso da palavra: Primeiro, quero parabenizar o Conselho. Nós já lançamos o edital da CAPES. Inclusive, é bom dizer que ele já está lançado, para todas as universidades, públicas, privadas sem fins lucrativos, universidades, institutos federais. O Pacto Universitário é uma iniciativa do MEC e, agora, do Ministério dos Direitos Humanos. Eu estou vendo que a correção está feita. Avisar também, que se vocês acharem por bem eu posso sugerir a inclusão também de um edital que a Secretaria de Educação, Continuada, Alfabetização e Diversidade (**Secad/MEC**) lançou um outro, em agosto, para formação de profissionais da educação básica, também no tema de Direitos Humanos, vulgo bullying, violência, preconceito e discriminação. O edital promove, quatro (04) projetos, R\$ 400.000,00 para cada um. R\$ 100.000,00 para despesas correntes e R\$ 200.000,00 para bolsas, ao todo 1.000.000.000,00 para ver se nós conseguimos diminuir a violência, o bullying, o preconceito e discriminação, colocando a criança, principalmente o público LGBT, não só no acesso à educação, mas na permanência e êxito. Nós sabemos que muitas das causas de abandono e evasão estão relacionados a esta situação. Conselheiro Eliseu faz uso da palavra: Eu tenho uma questão para fazer para vocês que nós ficamos em dúvida. Porque na verdade são várias linhas. Primeiro, ficamos em dúvida porque as duas primeiras falam de diversidades. Vou ler para vocês para que me ajudem a decidir. As linhas de pesquisa são: Interculturalidade, subjetividades e alteridade, mídias na diversidade, diversidade e relações étnico raciais, diversidade e desigualdades, diversidade e pessoas com deficiência, diversidades e diferenças geracionais, diversidades e infância e adolescência, diversidade e religiosidade, diversidade e sexualidade, diversidade e gênero. Eu achava que devíamos colocar todas na nota. Já a Conselheira Luma acha que só essas duas que tinham o recorte mais claro de sexualidade e gênero. Eu gostaria que o Pleno se manifestasse. **Conselheira Tathiane faz uso da palavra:** Eu queria entender porque tem pessoas com deficiência e não tem LGBT. Nós temos que ficar camuflado em diversidade de gênero, porque em todas as proposituras governamentais tipo na assistência social mesmo. Sugiro que tudo que estiver falando de população, incluir a LGBT também. O MEC tem que começar a assumir a postura que a população LGBT existe. Nós não somos sustentáculo de diversidade, de gênero, porque aí fica muito amplo e se discute muitas outras coisas e o conservadorismo acha dez mil pontos para não reconhecer o LGBT dentro dela. **Conselheiro Washington faz uso da palavra:** Subscribo as preocupações da Conselheira Tathiane, embora saibamos os motivos pelos quais a palavra LGBT ainda está camuflada, mas eu quero subscriver a intervenção dela. É super pertinente e também concordo com a nota que Eliseu propôs de especificar todas as linhas, porque eu acho que amplia o leque de diversidade nas quais estamos envolvidos. **O Presidente faz uso da palavra:** Como sou da educação, da Conferência Nacional dos Trabalhadores da Educação sei exatamente onde está o problema, ficou lá na construção e na aprovação do Plano Nacional de Educação que foi cortado essa questão e virou diversidade. Nós vamos começar a pensar e daqui dez anos depois voltar a tentar incluir no Plano Nacional de Educação a palavra LGBT. E, não mais diversidade. Sabemos exatamente como foi e não podemos deixar de registrar essa questão que foi infelizmente uma derrota que nós. E, nós, da Sociedade Civil tivemos

no embate dentro do Legislativo, porque foi o Legislativo que mudou, que alterou o projeto original e nós perdemos o debate. Vocês que são mais jovens que estiverem aqui na construção do Plano Decenal de Educação tem que interferir. **Conselheira Luma faz uso da palavra:** Essa nota surge do *advocacy* que foi feito junto ao MEC, em que eu e o Conselheiro Eliseu estivemos presente e dialogamos com a Secretária Ivana que deixou muito claro que, dadas as pressões, está se usando o termo diversidade, mas que existe uma luta interna de pessoas que são parceiras que estão resistindo. Isso não significa que não é importante ter o LGBT, é importante. Mas, na medida do possível, nós estamos fazendo está luta. Uma coisa interessante que foi tratada aqui e entrou na Câmara Técnica de Normas e Legislação, sugerido inclusive, pela Conselheira Liliane que de nós fazermos uma contra argumentação ao PL que foi apresentado pelo Conselho Federal de Psicologia. Nós já disparamos as atividades. Estamos com o texto já bem desenvolvido e pedimos ao Conselho Federal de Psicologia, que também se tiver algum argumento que ache interessante que aglutinar aos nossos, seria importante. Todos os nossos argumentos foram baseados no último documento. Que seja aprovado aqui e encaminhado para a CCJ, já que lá é o campo onde vai ter essa disputa. **O Presidente faz uso da palavra:** Sugiro para a próxima gestão, Katia, que nós consigamos ter um teto das 17 horas para as Reuniões do Pleno. Coordenadora Katia faz uso da palavra: O que a Câmara Técnica do Plano iria apresentar são as iniciativas de PPA, que são seis iniciativas as priorizadas. Nós priorizamos a iniciativa relacionada Quarta à Conferência Nacional LGBT que será acompanhada tanto pelo Conselho quando pela Coordenação, quanto pela nossa área. Então, as demais eu posso mandar por e-mail para que vocês possam ter o acompanhamento. **Conselheira Liliane faz uso da palavra:** Só para finalizar, gostaria de sugerir que nós façamos construção disso no relatório da Câmara. Vamos informar que não houve a possibilidade de fazer a apreciação e deliberação do que seria necessário deliberar no Pleno e nós pedimos Compromisso para a Secretaria Executiva, para o Governo também se manifestar com relação as pautas da Câmara de Violência que tenham a ver com todo o Conselho. **Coordenadora Katia faz uso da palavra:** Eu queria complementar a fala. O Frederico pediu para quem estiver interessado em pegar material da campanha, falar com o apoiador da Marina chamado Rommeine. **Conselheiro Cássio faz uso da palavra:** Eu só queria que a Kátia pudessem responder ou dar um encaminhamento para a questão relacionada a participação de convidados para a reunião da Câmaras Técnicas. A nossa Câmara pediu (que quando tiver um convidado, que seja um convidado temático e que na Câmara não existe convidado fixo. O Presidente faz uso da palavra: Nós queremos deixar claro que a Câmara Técnica pode convidar pessoas quando sentirem que existe um tema para ser falado e precisa de alguém de fora. Câmara Técnica tem toda a autonomia convidar. É só que informar para que façamos os contatos. Não existe previsto no regimento convidados permanentes.

ANEXOS